



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO
TOCANTINS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Palmas-TO, 2016.



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO
TOCANTINS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, fundamentado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146 de 30 de Setembro de 2015 e da Portaria TCU nº 90/2014; elaborado pela DIGES – Divisão de Gestão Estratégica da Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins.

**PALMAS
Março/2016**



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO
TOCANTINS**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de Gestão
IN – Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria-Geral da União
Port. – Portaria
UJ – Unidade Jurisdicionada



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO
TOCANTINS**

LISTA DE QUADROS

- Quadro A.3 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual
- Quadro A.3.3 - Detalhamento da estrutura organizacional conforme organograma
- Quadro A.3.4 – Macroprocessos Finalístico
- Quadro A.4.3 – Indicadores – Quantitativo
- Quadro A. 4.3.1 - Indicadores Institucionais GIAPU 2015
- Quadro A.5.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ
- Quadro A.8.1.1.1 – Força de Trabalho da UPC
- Quadro A.8.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva
- Quadro A.8.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ
- Quadro A.8.1.2 – Demonstrativo das despesas com pessoal
- Quadro A.8.2.1.1 – Imóveis em tramite na unidade (totalizando os de incorporação e os de destinação)
- Quadro A.8.2.1.2 – Quantidade de Imóveis por tipo (totalizando por edificação e por terreno)
- Quadro A.8.2.1.3 – Quantidade de Imóveis por situação cadastral
- Quadro A.8.2.1.4 – Valor total de avaliação dos bens imóveis sob responsabilidade da unidade
- Quadro A.8.2.1.5 – Imóveis por localização (área rural e urbana)
- Quadro A.8.2.1.6 – Quantidade de Imóveis por situação cartorial
- Quadro A.8.2.1.7 – Quantidade de Imóveis por ocupação (totalizados por imóveis ocupados regularmente, imóveis ocupados irregularmente e desocupados)

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. – Apuração SPU/TO Fiscalizações
- Figura 2. – Apuração SPU/TO Destinações Patrimoniais
- Figura 3. – Apuração SPU/TO Publicação de Portaria de Declaração de Interesse Publico
- Figura 4. – Apuração SPU/TO Novo registro SPIUNET
- Figura 5. – Apuração SPU/TO Arrecadação Patrimonial
- Figura 6. – Apuração SPU/TO Demarcação de LMEO do Plano Nacional de Caracterização – PNC



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO
TOCANTINS**

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário
Balanço Patrimonial
Demonstrações dos Fluxos de caixa
Demonstrações das Variações Patrimoniais
Quadro de Gestão de Pessoal
Orientações CGGES RG-UFs
Quadro de Custo de RH
Quadros – extração CGTEC



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO
TOCANTINS**

SUMÁRIO

1. ELEMENTOS PRÉ TEXTUAIS

2. APRESENTAÇÃO

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1 Finalidade e competências

3.2 Ambiente de atuação

3.3 Organograma Funcional

3.4 Macroprocessos finalísticos

**4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO
ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

4.1. Planejamento Organizacional

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do Exercício

4.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

4.1.3 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

4.2. Desempenho Operacional

4.3. Apresentações e análise de indicadores de desempenho

5. GOVERNANÇA

5.1 Descrição das estruturas de governança

5.2 Gestão de risco e controles internos

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Mecanismo de Transparência das informações sobre a atuação da unidade

6.2 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de pessoas

8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

8.2 Gestão do Patrimônio e da infraestrutura

8.2.1 Demonstração da situação dos imóveis da união

8.3 Gestão da Tecnologia da Informação

8.3.1 Principais Sistemas de Informação

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

9.1 Tratamentos de determinações e recomendações do TCU

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de controle interno

10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10.1 Anexos e pendências



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO
TOCANTINS**

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins, relativo ao exercício de 2015, foi elaborado nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146 de 30 de Setembro de 2015 e da Portaria TCU nº 90/2014.

A produção do presente Relatório de Gestão se faz necessária para fins de apontar as atividades realizadas pela Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins, e encontra-se dividido em 11 itens principais, nos termos do Anexo II, da Decisão Normativa – TCU nº 146 de 2015.

Esta Unidade Jurisdicionada está vinculada ao Programa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 2038 – “Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública”, tendo como objetivo- 0579 – “Fortalecer a Governança e Ampliar a Capacidade Institucional a Administração Pública, Visando a Melhor Organização e Funcionamento do estado”, sendo que a meta sob responsabilidade da SPU é “Aprimorar a Gestão do Patrimônio da União”, como também e Programa 2125 – Programa de gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, ressaltando que as informações orçamentárias completas estarão contidas no Relatório de Gestão do Órgão Central.

No que diz respeito ao item Governança deste relatório, que trata das estruturas de governança e de autocontrole da gestão, é necessário constar que há uma unidade no Órgão Central – CGGES, responsável pela articulação com os órgãos de controle e apuração de irregularidades.

A missão da SPU é: “Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos da Nação”.

Desta forma, fica expresso que o patrimônio da União compreende tanto áreas cuja localização, histórico e importância são adequados ao uso da administração pública federal na prestação de serviços públicos; ao apoio a programas estratégicos do estado, relacionados à logística e infraestrutura.

Considerando este campo de atuação, a finalidade e a competência da Superintendência englobam algumas peculiaridades, desde questões geográficas até questões políticas, culturais e econômicas, tendo que interagir com diversos atores e entidades na busca pela melhor aplicação deste patrimônio de grandes proporções.

O norte da gestão deste patrimônio tem sido a utilização dos imóveis de propriedade da União nos programas sociais e de infraestrutura, além de ações de regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social, seguindo as seguintes diretrizes:

- Intensificação e aperfeiçoamento da gestão patrimonial, abarcando sua identificação, incorporação e destinação;
- Ordenamento territorial e regularização fundiária, mediante cessão de áreas urbanas, compreendendo destinação de imóveis à implementação de projetos de regularização fundiária e habitação de interesse social;
- Racionalização da política de destinação de imóveis de domínio da União a órgãos públicos federais, estados e municípios, órgãos vinculados e entidades sem fins lucrativos, visando melhoria na qualidade de seus gastos;
- Aumento da eficiência na arrecadação de receitas patrimoniais, buscando uma retribuição justa pela utilização dos bens da União;
- Serviços de atualização cartográfica e cadastral, inclusive dos imóveis oriundos de órgãos extintos, como LBA e DNER.

A estruturação funcional da Superintendência é norteada pelos macroprocessos necessários à gestão do patrimônio da União (Caracterização, Incorporação, Destinação, Gestão e Receitas Patrimoniais), tendo como principais resultados institucionais decorrentes desta missão: Apoio à Administração Pública Federal, aos Programas Estratégicos e à Arrecadação de Receitas.

O presente relatório está estruturado, seguindo a lógica sequencial dos macroprocessos existentes na Superintendência, iniciando-se pela Caracterização (definição e demarcação das áreas da União), Incorporação (formalização do registro das áreas identificadas), Destinação (definição das finalidades do patrimônio, levando em consideração os princípios pertinentes) e gestão de receitas, (responsável pela arrecadação dos valores devidos relativo ao uso dos imóveis da União).

Apresentado, portanto, a função desenvolvida pela UJ, os macroprocessos executados pela mesma, bem como, os entraves enfrentados para melhoria dos serviços prestados, verifica-se que o Relatório de Gestão mostra-se como ferramenta importante para a avaliação do desempenho operacional da UJ e para a prestação de contas do gestor, tendo em vista que os critérios determinados para sua elaboração oferecem elementos que possibilitam a mensuração do investimento dos recursos financeiros públicos frente às ações relativas à missão institucional do Órgão, na medida em que os recursos públicos devem ser empregados levando em conta os princípios de racionalidade, economicidade e eficiência.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.3 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			Código SIORG: 2981
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Tocantins			
Denominação Abreviada: SPU/TO			
Código SIORG: 1986	Código LOA: 47101		Código SIAFI: 170011
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00489.828/003928
Principal Atividade: Administração e Gestão do Patrimônio e Gastos Gerais; Federal, Estadual, Municipal			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(63) 3901-2221	(63)3901-2220	(063) 3901-2224
Endereço Eletrônico: spu.to@planejamento.gov.br			
Página na Internet: WWW.patrimonioidetodos.gov.br e WWW.spu.planejamento.gov.br			
Endereço Postal: Av. Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 101 Sul, Lote 3 Edifício Carpe Diem, 7º Andar, Palmas-TO.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<p>Por força do Decreto nº 96.911, de 1988, a SPU vinculou-se ao Ministério da Fazenda, e, a partir de 1º de janeiro de 1999, com a Edição da Medida Provisória nº 1.795/1999, passou a compor a estrutura do Ministério do Planejamento.</p> <p>As finalidades e competências da SPU foram definidas pela lei 9.636 de 1998 e em seu Regimento Interno cuja aprovação está consignada na Portaria 220 de 2014.</p> <p>A estrutura organizacional da SPU está fixada no Decreto 8.189/14, atual legislação que aprovou a estrutura regimental e o quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<p>Há ainda uma série de normas de que se utiliza a SPU na execução de suas atividades, como o Decreto-Lei nº 9.760 de 1946 que dispõe sobre os bens imóveis da União; o Decreto-Lei nº 2398/87 que dispõe sobre a cobrança de foros, laudêmios e outras formas de ocupações de áreas da União, a Instrução Normativa nº 02 de 2010 que estabelece diretrizes de fiscalização, a Lei 11.952 de 2009 que dispõe sobre o programa</p>			

Terra Legal, dentre uma grande quantidade de outras normas e instruções que podem ser visualizadas no link: <http://patrimoniotedtos.gov.br/legislacao-aplicada>.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Regularização de Áreas da União na Amazônia Legal - Contribuições ao Plano Amazônia Sustentável (PAS) - julho 2008
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/090707_PUB_RegularizacaoPAS.pdf

Programa de Destinação do Patrimônio da Extinta RFFSA para Apoio ao Desenvolvimento Local
http://www.planejamento.gov.br/link_secretaria.asp?cod=3672&cat=70&sec=9&sub

Manual de incorporação e destinação de imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081203_PUB_Manual_incorporacao.pdf

Projeto Orla:

Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002. 78p.
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_fundamentos.pdf

Projeto Orla: guia de implementação. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_guia.pdf

Projeto Orla: implementação em territórios com urbanização consolidada. Coordenação de Kazuo Nakano. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. 80 p.
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_implementacao.pdf

Projeto orla: manual de gestão. Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: MMA, 2006.
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_manGestao.pdf

Tudo o que você precisa saber sobre laudêmio, taxa de ocupação e foro. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União. Brasília: MP, 2002.
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_Cartilha_pagInternas.pdf

Legislação imobiliária da União: anotações e comentários às leis básicas. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União. Brasília : MP, 2002.
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_LegImob_legislacao.pdf

Manual de regularização fundiária em terras da União. Organização de Nelson Saule Júnior e Mariana Levy Piza Fontes. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. 120 p.
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/%20081021_PUB_Manual_regularizacao.pdf

Sistema de Suporte a Decisão da SPU – Metadados

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/%20081021_PUB_Manual_SSD.pdf

3.1 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A missão institucional da SPU/TO reflete o comando constitucional de garantia do cumprimento da função socioambiental da propriedade pública. No cumprimento dessa missão, a SPU desenvolve variadas ações que possibilitaram a efetivação de diversas políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à inclusão social, preservação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável.

O advento de mudanças na estrutura regimental do Ministério do Planejamento acarretou a necessidade de atualizações no regimento interno da Secretaria do Patrimônio da União, cujo novo Regimento Interno foi publicado no ano de 2014, através da Portaria 220 de 25 de Junho do mesmo ano. O regimento interno anterior do ano de 2005, não atendia todas as necessidades organizacionais das Superintendências, já que não trazia informações sobre a estrutura das mesmas.

No ano de 2015 foi aprovado o decreto 8.578, de 26 de Novembro de 2015 onde aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

A estrutura organizacional da SPU está fixada nos seguintes normativos: Decreto nº 6.929, de 6 de agosto 2009, que instituiu as Superintendências nos estados em substituição às Gerências Regionais, Decreto nº 7.063/2010, legislação que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e revogado pelo atual Decreto Nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012.

De acordo com o artigo 49º do Regimento Interno compete as Superintendências do Patrimônio:

Art. 49. Às Superintendências do Patrimônio da União compete:

I - programar e executar as ações de identificação, cadastramento, avaliação e fiscalização do patrimônio da União, com as diretrizes da Unidade Central, executando os seguintes processos:

a) delimitação de áreas de domínio ou posse da União;

b) demarcação da Linha do Preamar Médio - LPM e da Linha Média das Enchentes Ordinárias -LMEO;

c) demarcação de terras interiores;

d) cadastramento de imóveis da União;

e) discriminação de áreas da União;

f) elaboração e homologação de laudos de avaliação e de Plantas Genéricas de Valores - PGV;

g) homologação de laudos de avaliação;

h) reivindicação de domínio;

i) reintegração de posse;

j) controle e fiscalização de imóveis de posse e domínio da União; e

k) registro e atualização das respectivas informações nas bases de dados da SPU;

II - programar e executar as ações de incorporação de imóveis ao patrimônio da União, de modo coerente com o planejamento da Unidade Central, conforme legislação pertinente, por meio dos seguintes processos:

a) aquisição de imóveis por compra e venda, dação em pagamento, doação e usucapião administrativa;

b) remessa ou retirada de imóveis da União a fundo de natureza contábil ou orçamentária;

c) incorporação de imóveis advindos da extinção de órgãos da Administração Pública federal direta, autárquica ou fundacional e liquidação de empresa pública ou sociedade de economia mista;

d) regularidade documental e dominial dos bens, inclusive junto ao registro de imóveis;

e) levantamento e verificação in loco dos imóveis sob incorporação;

f) cessão provisória; e

g) registro e atualização das respectivas informações nas bases de dados da SPU;

III - programar e executar as ações de destinação de imóveis do patrimônio da União, de modo coerente com o planejamento da Unidade Central, conforme legislação pertinente, por meio dos seguintes processos:

a) entrega e ratificação, quando for o caso;

b) cessão de uso, gratuita ou onerosa, bem como a cessão sob regime de aforamento ou sob regime de arrendamento;

c) cessão provisória;

d) locação;

e) arrendamento;

f) concessão de direito real de uso - CDRU;

g) concessão de uso especial para fins de moradia - CUEM;

h) autorização de uso;

i) autorização de obras;

j) inscrição de ocupação;

k) permissão de uso;

l) aforamento, gratuito ou oneroso, sua revigoração ou sua extinção, incluindo a remição;

m) autorização de transferência de aforamento ou de ocupação;

n) alienação, incluindo a venda, a permuta e a doação;

o) transferência de domínio pleno de bens imóveis rurais da União ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para utilização em projetos de reforma agrária;

p) racionalidade de uso; e

q) registro e atualização das respectivas informações nas bases de dados da SPU;

IV - executar as ações de cobrança e arrecadação de receitas patrimoniais, de modo coerente com o planejamento e normatização da Unidade Central e em conformidade com a legislação pertinente;

V - programar e gerir os recursos humanos e logísticos sob sua responsabilidade, com apoio da Unidade Central e das Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda - SAMF, segundo as normas aplicáveis, por meio dos seguintes processos:

a) apoio à realização de contratações para aquisição de bens ou prestação de serviços e os respectivos recebimentos;

b) organização dos arquivos documentais;

c) organização do serviço de protocolo e registro de documentos;

d) administração da unidade de atendimento ao público;

e) realização da programação orçamentária da Superintendência;

f) execução das operações financeiras da Superintendência;

g) manutenção de controles sintético e analítico de bens mobiliários;

h) identificação e demanda de concessão de diárias e passagens; e

i) identificação de necessidades de capacitação dos servidores;

VI - elaboração do relatório sobre o cumprimento de metas para concessão de Gratificação de Incremento à Atividade da Administração do Patrimônio da União - GIAPU;

VII - consolidar as informações gerenciais da Superintendência no Relatório de Atividades;

VIII - acompanhar e consolidar as informações para atendimento das auditorias, diligências, monitoramentos e expedientes oriundos dos órgãos de controle e da Unidade Central;

IX - controlar o atendimento das requisições e solicitações do Ministério Público, do Poder Judiciário e da AGU;

X - coordenar o cumprimento de ordens e decisões judiciais;

XI - exercer outras atividades necessárias ao desempenho da gestão local de recursos humanos, físicos e logísticos;

XII - prestar contas da gestão de recursos internos realizada;

XIII - gerenciar, coordenar e executar projetos, conforme as normas aplicáveis e segundo as competências específicas da Superintendência, nas áreas de logística, arquivo e gestão de pessoas;

XIV - registrar e atualizar as respectivas informações nas bases de dados da SPU;

XV - informar a área competente da Unidade Central da programação e resultados das ações de caracterização, incorporação, destinação, arrecadação e cobrança;

XVI - gerir projetos de abrangência local ou regional para a realização de caracterização, incorporação, destinação, arrecadação e cobrança;

XVII - estabelecer acordos ou convênio com autoridades locais para o desempenho conjunto de atividades operacionais relacionadas à caracterização, incorporação, destinação, arrecadação e cobrança, nos termos da legislação vigente, informando à Unidade Central;

XVIII - operacionalizar as oficinas organizadas pelas áreas da Unidade Central;

XIX - informar à AGU na defesa dos interesses da União, no âmbito de processos administrativos ou judiciais, que envolvam o patrimônio da União, bem como atender às solicitações, requisições e recomendações do Ministério Público, informando à Coordenação-Geral de Legislação Patrimonial da ocorrência;

XX - prestar informações para atendimento das demandas de órgãos de controle, informando à Coordenação-Geral de Gestão Estratégica da ocorrência; e

XXI - participar das redes de gestão e de tomada de decisão estabelecidas pela Unidade Central.

A Superintendência do Patrimônio da União conta com representação em todos os estados brasileiros, sendo a SPU-TO a última Superintendência a ser instalada, fato este que ocorreu no ano de 2005, com início de suas atividades no ano de 2006.

No desenvolvimento de suas competências a SPU-TO tem atuado de forma fundamental no estado do Tocantins, na área de regularização fundiária de terrenos urbanos, regularizando municípios, bairros e comunidades localizados em áreas pertencentes à União.

Além disso, a SPU-TO é órgão indispensável na realização dos eventos decorrentes da temporada de praias fluviais que ocorrem no estado concedendo permissão de uso nas praias de rios federais (Tocantins e Araguaia) nos meses de junho, julho e agosto.

A SPU-TO também tem prestado importante serviço na área de destinação de áreas públicas a órgãos da Administração Pública, federal e estadual. A título de exemplo pode-se citar áreas destinadas a Polícia Rodoviária Federal – PRF, Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, entrega de imóveis para construção da sede de Tribunais Regionais Eleitorais, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, Jogos Mundiais Indígenas, como também permissões de Uso, a municípios em temporada de praia.

Ademais, o estado do Tocantins possui uma grande quantidade de imóveis que são de propriedade da União, incluindo áreas que chegam a abrigar municípios inteiros, e nesse ponto, a SPU-TO tem executado o programa de regularização fundiária urbana, possibilitando regularização cartorial a estas ocupações.

Outra área de atuação da SPU-TO é a caracterização de imóveis da União no Estado do Tocantins, procedimento este, que consiste numa conceituação simplificada em identificar, demarcar e incorporar áreas públicas ao patrimônio da União, fato que ocorre por exemplo com terrenos marginais dos rios federais Araguaia e Tocantins.

Ainda, a SPU-TO promove a avaliação de imóveis utilizados pela Administração Pública Federal, avaliação que é instrumento indispensável para renovação de locações, realização de reformas e demais atos rotineiros a manutenção das sedes destes órgãos.

Por fim, no exercício de suas competências e atribuições a SPU-TO tem atuado possibilitando a execução de programas do Governo Federal como Minha Casa Minha Vida na concessão de terrenos para habitação de interesse social, Brasil Carinhoso na regularização e/ou concessão de áreas para reforma ou construção de creches, Programa de Aceleração do Crescimento com a regularização de áreas para implementação de obras e edificações, Programa Mulher Viver Sem Violência, na regularização de imóvel

para implantação da Casa da Mulher Brasileira dentre outros programas estratégicos desenvolvidos pelo Governo Federal.

3.2 - Ambiente de atuação

Por se tratar de uma instituição que executa o dever constitucional de zelar pelo bem público Federal garantindo o cumprimento da função socioambiental em harmonia com a função arrecadadora a SPU/TO desenvolve junto com gestores municipais e estaduais a efetivação de diversas políticas públicas, relacionadas especialmente a inclusão social e ao desenvolvimento econômico sustentável.

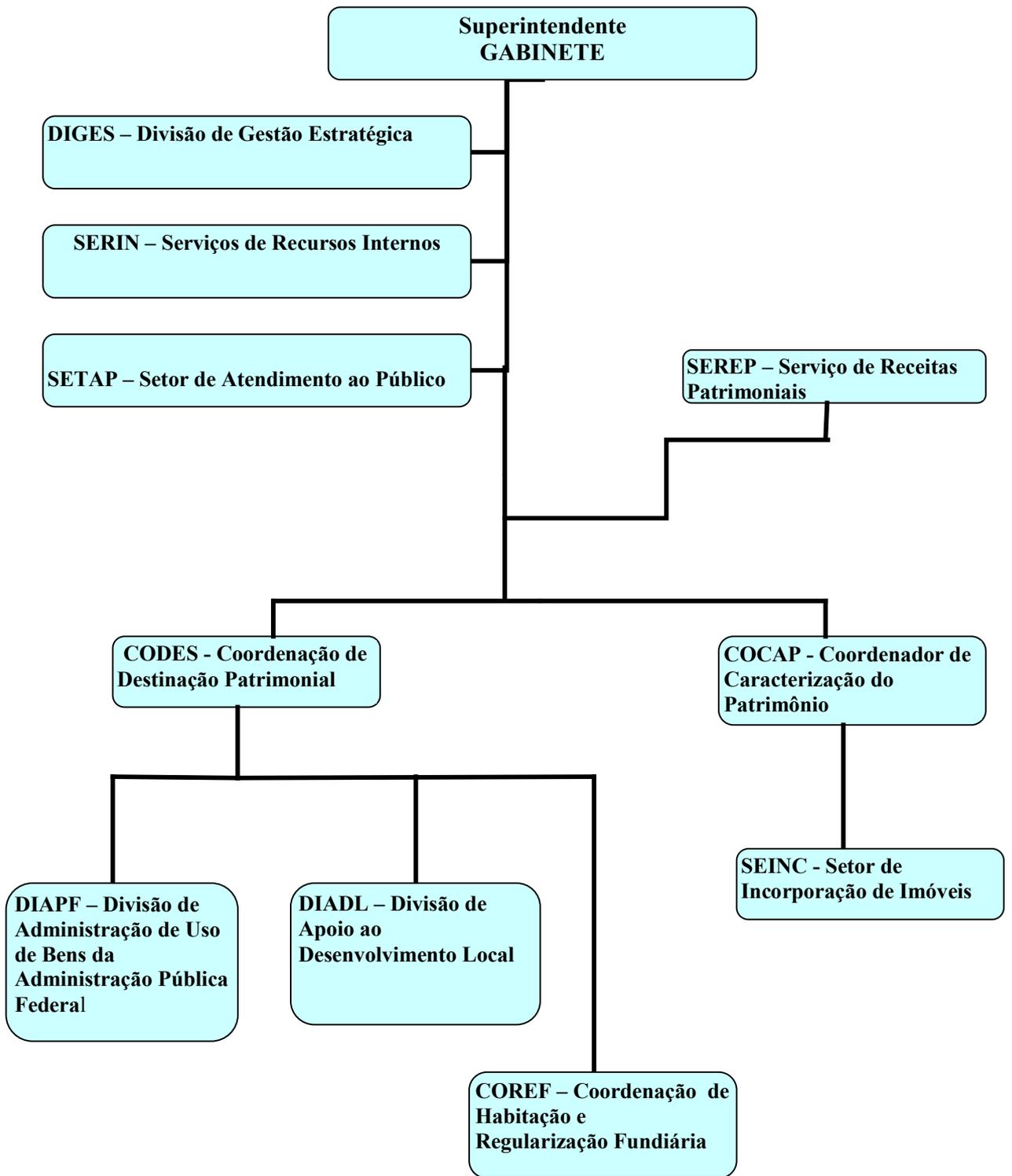
A sociedade como um todo é influenciada diretamente através dos benefícios decorrentes da regularização de imóveis aos órgãos da Administração pública direta ou indireta. A Destinação contempla ainda a realização dos programas de regularização fundiária e habitação de interesse social, no qual a SPU/TO regulariza áreas ocupadas, ou mesmo, disponibiliza áreas onde poderão ser edificadas habitações para famílias de baixa renda, garantindo o direito à moradia contemplado na Constituição Federal em seu artigo 6º.

Além disso, a SPU-TO é responsável pela permissão de uso das praias de rios federais (Tocantins e Araguaia) na época de veraneio (mês de junho, julho e Agosto), avaliando-as e fiscalizando-as, transformando a realidade dos municípios e desenvolvendo o turismo para o estado.

Para tanto a SPU/TO conta com o apoio de diversos parceiros como o Ministério do Desenvolvimento Agrário com o programa Terra Legal, bem como diversos outros órgãos e ministérios a exemplo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Caixa Econômica Federal (CEF), Associações de políticas públicas e sociais, as forças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

3.3 - Organograma Funcional

Conforme informado neste Relatório, o Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, correspondente a Portaria nº 232/2005, publicada em 03 de agosto de 2005, não trouxe em seu bojo a estrutura das Superintendências do Patrimônio situadas nos estados, contendo apenas a estrutura do Órgão Central, assim sendo, o organograma, das competências citadas e a atuação das subunidades estão fundados no novo Regimento Interno (Portaria 220/2014) cuja publicação e vigência se deram em 25 de Junho de 2014.



Quadro A.3.3 - Detalhamento da estrutura organizacional conforme organograma

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete	O Gabinete é a Subunidade central da Unidade Jurisdicionada onde são desenvolvidas as atividades de gestão, alinhamento dos setores, discussão e direcionamento das diretrizes das ações desenvolvidas, bem como, é responsável pela participação social e representação do órgão.	Lucilene de Lira Alves Ronison Parente Santos	Superintendente	12/07/2005 até 09/08/2016. 10/08/2015 até a presente data
Divisão de Gestão Estratégica	A gestão estratégica é uma subunidade ligada ao gabinete cujas atribuições estão contidas no artigo 50, inciso I do regimento Interno (Portaria 220 de 25 de Junho de 2014) Este setor é responsável pelo acompanhamento de metas anuais, além de assessorar o Superintendente e atuar no atendimento de solicitações junto aos órgãos de controle.	Lucas Daniel Souza Paiva Cristiana Aparecida de Oliveira Juliana Queiroz Bastos Lima	Chefe de Divisão	25/06/2014 até 04/08/2015 05/04/2015 até 17/12/2015 17/12/2015 até a presente data
Serviços de Recursos Internos	Recursos internos é uma subunidade ligada ao Gabinete cujas atribuições estão contidas no Regimento Interno. Este setor é responsável pelo acompanhamento junto à SAMF/GO/TO dos contratos que prestam serviço a este Órgão, como também controle e gestão de pessoal.	Felipe Moreno Silva	Chefe de Serviço	25/06/2014 até 17/12/2015
Coordenação de Caracterização do Patrimônio	Esta subunidade é responsável pela identificação, caracterização demarcação fiscalização e avaliação dos bens da União.	Dirceu Carvalho de Moura	Coordenador	25/06/2014 até 17/12/2015
Serviços de Receitas Patrimoniais	Subunidade vinculada ao gabinete, responsável pela arrecadação, cobrança e alimentação junto aos sistemas, cujo acompanhamento possibilita quantificar monetariamente os bens da União	Jose Santana Junior	Chefe de serviços	25/06/2014 até 02/02/2015
Coordenação de Destinação Patrimonial	Responsável por desenvolver a destinação e uso dos bens da União, valendo-se dos instrumentos de cessão, permissão de uso, inscrição,	Juliana Pereira de Oliveira	Coordenadora	25/06/2014 até 03/02/2015

	averbação, desmembramento, aforamento, dentre outros.			
Divisão de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal	Subunidade vinculada a coordenação de destinação patrimonial cuja atribuição consiste em promover a destinação de imóveis a administração pública federal.	Cristiana Aparecida de Oliveira Lucas Daniel Souza Paiva	Chefe de Divisão	25/06/2014 até 17/12/2015 05/08/2015 até 17/12/2015
Divisão de Apoio dão Desenvolvimento Local	Subunidade vinculada a coordenação de Destinação Patrimonial, responsável pela gestão e destinação de imóveis voltados ao apoio e desenvolvimento das realidades locais.	Rafael Alves Amorim	Chefe de Divisão	25/06/2014 até a presente data.
Coordenação da Habitação e Regularização Fundiária	Subunidade vinculada a coordenação de destinação Patrimonial cujas atribuições são voltadas a promover a regularização fundiária em municípios cuja sede se localizam em áreas da União.	Francielle P. Rodrigues Barbosa	Coordenadora	25/06/2014 até 20/07/2015
Seção de Atendimento ao Público	A Seção de Atendimento ao Público é uma subunidade ligada ao gabinete cujas funções são de recebimento de documentos, cadastro sistêmico dos mesmos, atendimento ao público, triagem documental, arquivamento e comunicação.	Francisca das Chagas Freire	Chefe de Seção	25/06/2014 até a presente data.
Setor de Incorporação de Imóveis	Subunidade vinculada a Caracterização do Patrimônio responsável pela incorporação de imóveis ao patrimônio da União.	Livia Jorge Sales	Chefe de Setor	25/06/2014 até a presente data.

3.4- Macroprocessos finalísticos

Partindo da premissa de que macroprocesso corresponde ao conjunto de atividades pelos quais a Unidade Jurisdicionada cumpre a sua missão, gerando um respectivo produto ou serviço, é possível identificar que a Superintendência do Patrimônio da União desempenha os seguintes macroprocessos:

- **Caracterização**: A Caracterização corresponde a um trabalho exercido pela SPU composto por atos sucessivos, que são respectivamente: identificação das áreas da União, demarcação e incorporação do imóvel ao patrimônio imobiliário da União. Esse macroprocesso é realizado por servidores com conhecimentos técnicos e representa uma ação de extrema importância no desenvolvimento dos demais macroprocessos, uma vez

que, para ser objeto de destinação o imóvel da União necessita antes ter sido caracterizado.

- Destinação: Esse macroprocesso consiste em dar destinação, observando a missão da SPU, aos imóveis de propriedade da União. Trata-se, portanto, de dar utilização ao patrimônio imobiliário da União, dando a estes função social.

No exercício desta competência a SPU-TO tanto utiliza a destinação como meio de beneficiar a sociedade, através de regularização de imóveis de órgãos da Administração pública direta ou indireta, como a destinação contempla ainda a realização do programa de regularização fundiária e habitação de interesse social, em que a SPU/TO regulariza áreas onde já existe ocupação, ou mesmo, disponibiliza áreas onde poderão ser edificadas habitações para famílias de baixa renda, garantindo o direito à moradia.

Nesse sentido cabe destacar as principais atividades desempenhadas pela destinação no âmbito da regularização fundiária e da provisão habitacional:

Regularização Fundiária: Por ser o órgão gestor dos bens da União, à SPU cabe elaborar e articular a execução da Política Nacional de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais em Bens da União. A SPU desenvolve a ação do PPA denominada “Regularização Fundiária de Assentamentos Informais em Bens da União”, integrada ao Programa Papel Passado – Programa Nacional de Regularização Fundiária Sustentável, coordenado pelo Ministério das Cidades. Nesta ação, compete a SPU:

- Identificar áreas passíveis de regularização e receber propostas de regularização fundiária encaminhadas pelos interessados, nos casos de ocupação de imóveis da União por população de baixa renda, utilizados para moradia destas populações;
- Estabelecer termos de cooperação técnica e convênios com estados, Distrito Federal e municípios e com instituições privadas para as ações de regularização fundiária;
- Demarcar e cadastrar as áreas passíveis de regularização, em articulação com o Município e a comunidade;
- Mediar conflitos entre os diversos atores do processo de regularização fundiária nas áreas da União;
- Responsabilizar-se, em parceria com o município ou isoladamente, pela titulação dos moradores dos assentamentos informais localizados em áreas de seu domínio;
- Providenciar a documentação do imóvel necessária para os procedimentos de titulação as famílias, tais como registro da área no Registro de Imóveis e outros;
- Determinar a isenção das taxas patrimoniais, mediante a comprovação da situação de carência por parte das pessoas de baixa renda.

Provisão Habitacional: A Provisão Habitacional de Interesse Social consiste na construção de unidades novas para moradia da população de baixa renda. Prevendo espaço para todos, em áreas legalizadas e infra-estruturada, evitando a proliferação de ocupações irregulares em locais de risco, de proteção ambiental e em outras áreas impróprias. A provisão habitacional oferece menores custos e maior qualidade na garantia do direito à moradia. A SPU contribui identificando e disponibilizando imóveis vazios ou subutilizados para apoio a programas de HIS. Desta forma, seguindo a Lei

11481/2007 a SPU deve “realizar levantamento dos imóveis públicos federais que possam ser destinados a políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda, no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social”. Com isso a SPU elencou algumas estratégias prioritárias tais como: Articulação com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), oferta de imóveis da União com vocação para HIS e gestão democrática dos imóveis da União através da criação do Grupo de Trabalho nacional e GTs Estaduais de Imóveis da União para HIS. Participam destes grupos de trabalho o Poder Público Federal (SPU, CAIXA, MCidades), representantes indicados por todos os outros segmentos do Conselho Nacional das Cidades (Movimentos Sociais; Empresários; Trabalhadores; ONGs; Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; Poder Público Municipal e Estadual). Os objetivos dos GT's estão descritos na Portaria SPU nº 80 de 27 de março de 2008:

I. Propor critérios para a transferência de áreas da União com vocação habitacional para associações e cooperativas de interesse social, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei nº 9.636/1998.

II. Propor estratégias para identificação e avaliação do potencial construtivo de áreas da União com vocação para a provisão Habitacional de Interesse Social, em apoio às Superintendências do Patrimônio da União nos estados.

III. Propor estratégias e formular ações para o fortalecimento da gestão democrática nas ações de regularização fundiária e provisão de Habitação de Interesse Social em áreas da União.

- **Fiscalização**: A fiscalização decorre da necessidade de resguardar o uso dos imóveis da União, de modo que cada destinação seja cumprida, e que os imóveis da União possam cumprir seu papel de acordo com suas vocações e em conformidade com sua função social e ambiental.

Esse macroprocesso é promovido pela SPU sobretudo no que se refere a utilização dos terrenos marginais e acrescidos dos rios federais nos meses de Junho, Julho e agosto, período em que ocorre a temporada de praia, evento costumeiro no estado do Tocantins, onde a população e municípios utilizam estes patrimônios da União em razão da baixa dos rios, que fazem surgir bancos de areia, bem como, ampliam a dimensão das margens dos rios.

A equipe de fiscalização quando de sua visita às praias verifica a existência de autorização para o uso, assim também, se há adequação da estrutura *in loco* e a apresentada em mapas e memoriais descritivos pelo solicitante do uso, quando do requerimento. Havendo irregularidades as mesmas são apuradas em processo próprio, podendo ser aplicadas multas resultantes de notificações e auto de infrações.

- **Arrecadação**: A Arrecadação é um serviço prestado pela SPU que corresponde a percepção pecuniária pela utilização dos imóveis da União, dado que a utilização de um patrimônio público ainda que vocacionado ao uso que é dado pelo usuário, prescinde de contrapartida por tratar-se de patrimônio de todos. Para execução deste macroprocesso faz-se o acompanhamento mensal da evolução da arrecadação, além de realização de consultas aos sistemas SIAPA e DW, com fim a identificar

inadimplementos sujeitos à cobranças administrativas e/ou outros atos para regularizar situações de pendência ou inadimplência.

Quadro A.3.4 – Macroprocessos Finalístico.				
Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Destinação	<p>Nesse macroprocesso a UJ exerce a função de coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas com o desenvolvimento de ações e projetos voltados a destinação, a normatização de uso dos imóveis da União e a análise vocacional dos mesmos.</p> <p>Trata-se de uma macroprocesso que se desenvolve em razão da competência da UJ de gerir o patrimônio imóvel da União no que concerne a sua conservação, bem como, na manutenção dos imóveis de uso especial da União, declarando quais são as áreas de interesse para o serviço público, realizando ações de destinação de bens imóveis da União aos órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta, como meio de garantir meios para que estes possam exercer suas funções institucionais.</p>	Serviço de destinação	Municípios e Órgão da Administração pública.	CODES – Coordenação de Destinação Patrimonial
Caracterização	<p>Dentre as ações desta Unidade Jurisdicionada está a de promover o controle, fiscalização e manutenção dos imóveis da União utilizados em serviço público, promovendo, diretamente ou por intermédio de terceiro, a avaliação de bens imóveis da União para as finalidades previstas na legislação vigente, cabendo ao departamento de engenharia, formular e propor diretrizes para o cadastramento de bens imóveis da União; coordenar o processo de incorporação de bens imóveis ao patrimônio da União, resultante de atividades de demarcação de LMEO- Linha média de Enchentes Ordinárias; coordenar as atividades de cartografia e demarcação de imóveis de propriedade da União; coordenar atividades de avaliação</p>	Como resultado dessa ação está o serviço de identificação e discriminação do patrimônio público, que servirá de base aos demais macroprocessos desenvolvidos pela Unidade Jurisdicionada.	O Resultado dessa ação atinge não um grupo específico de clientes/beneficiários, sendo um serviço prestado a todos os brasileiros, no entanto, pode-se destacar em alguns casos como beneficiários municípios, Órgão da Administração pública dentre outros.	COCAP – Coordenação de Caracterização Patrimonial e SEINC – Setor de Incorporação de Imóveis.

	de imóveis da União ou de seu interesse; coordenar as providências administrativas necessárias à discriminação, reivindicação de domínio e reintegração de posse dos bens da União			
- Fiscalização	Consiste num macroprocesso oriundo de um poder-dever indisponível da Unidade Jurisdicionada, onde a fiscalização e o resguardo do patrimônio imobiliário da União são de competência da SPU, ao fim de garantir que o patrimônio público seja utilizado de forma adequada ao interesse público e a ordem vigente.	Serviço de fiscalização	coletividade	COCAP – Coordenação de Caracterização Patrimonial.
-Arrecadação	responsável pela gestão das receitas provindas utilização de imóveis da União. E garantir a eficiência da cobrança dos inadimplementos evitando o perdimento dos créditos.	Arrecadação e cobrança	Ocupantes de imóveis da União, dotados de características necessárias à cobrança	SEREP – Serviço de Receitas Patrimoniais.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 Planejamento Organizacional

Esta unidade jurisdicionada está vinculada ao programa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº “2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública. o objetivo: “0579 - Fortalecer a Governança e Ampliar a Capacidade Institucional da Administração Pública, Visando a Melhor Organização e Funcionamento do Estado” e a meta sob responsabilidade da SPU “Aprimorar a Gestão do Patrimônio da União”, nesse sentido, a descrição da estrutura e elementos do plano estratégico estará contido no Relatório de Gestão da SPU- Órgão Central.

4.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

A SPU/TO é responsável pela execução das seguintes Ações orçamentárias no âmbito do Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública – e Programa 2125 – Programa de gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

- **Ação 8690** - Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União
- **Ação 20U4** - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
- **Ação 152W** - Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial da Administração Pública Federal
- **Ação 12NZ** – Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A Secretaria Executiva do MP implementou plano de ação periódico, denominado “Plano de Ação 120 dias” com identificações de ações tático-operacionais para as SPUs executarem durante o ano de 2015.

O processo de elaboração das metas GIAPU buscou garantir a participação do Órgão Central e das Superintendências do Patrimônio da União, permitindo a manifestação ordenada e justificada dos envolvidos.

Conforme Portaria nº 414/2015, Anexo I, para o ano de 2015 foram definidas os seguintes indicadores GIAPU:

- **A - Redução de Inconsistência Cadastral**
Meta: reduzir a inconsistência cadastral do SIAPA por meio do tratamento de 0 RIP
Indicador: quantidade de imóveis com redução de inconsistência no campo CPF/CNPJ
- **B – Fiscalização**
Meta: realizar 16 fiscalizações.
Indicador: número de fiscalizações realizadas.
- **C - Destinação Patrimonial**
Meta: Realizar a publicação de 100 atos de destinação patrimoniais.
Indicador: Quantidade de atos de destinações patrimoniais publicados.
- **D - Publicação de Portaria de Declaração de Interesse Público**

Meta: Realizar a publicação de 1 PDISP.
Indicador: Quantidade de portarias publicadas.

- E - Novo Registro SPIUNET
Meta: Inserir 15 novos imóveis no SPIUnet.
Indicador: Quantidade de novos imóveis inseridos no SPIUnet.
- F - Arrecadação patrimonial
Meta: Arrecadar R\$ 151.569,91 em receita patrimoniais
Indicador: Valores arrecadados
- G - Demarcação de LMEO do Plano Nacional de Caracterização - PNC
Meta anual de demarcação LMEO por UF.
LMEO: 320 km
Indicador: Extensão Linear de traçado de LMEO

4.1.2 – Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Durante o ano de 2015, a SPU/TO esteve submetida à estratégia declarada no Plano Plurianual 2012-2015. Neste contexto, a Superintendencia do Patrimônio da União executou ações conforme o Programa 2038 “Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública”, com o objetivo de "Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, contribuindo com a melhor organização e funcionamento do estado" e à iniciativa "Aprimoramento da gestão do patrimônio da União".

Ainda no âmbito do PPA 2012-2015, as atividades desta SPU/TO, estruturaram-se em torno de três ações orçamentárias (Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial; Gestão do Patrimônio Imobiliário da União; Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União), que por sua vez desdobram-se em diversos planos orçamentários, cujas metas para o período do PPA são controladas, monitoradas e avaliadas pelo MPOG por meio do SIOP (Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento).

Desta forma, as ações desenvolvidas por parte desta SPU/TO, estão alinhadas às estratégias gerais do MPOG, bem como aquelas definidas no planejamento estratégico da SPU, conseqüentemente, o desenvolvimento tático-operacional das ações da Superintendência segue o formato pre-estabelecido pela SPU.

Tais ações se desdobram em atividades pelas quais a SPU/TO justifica e cumpre sua missão para qual foi criada de “conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio a programas estratégicos para a Nação”.

4.1.3 Formas e Instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O plano estratégico do órgão central direciona as ações desenvolvidas no âmbito da SPU-TO, de modo que as metas institucionais para exercício 2015, foram publicadas através da portaria nº 414/2015, Anexo I, de 1 de outubro de 2015 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Tais metas são decorrentes das definidas no âmbito da Gratificação de Incremento à Administração do Patrimônio Imobiliário da União (GIAPU) e são monitoradas em dois momentos: por meio do sistema Ferramentas Integradas de Gestão (FIGEST), no âmbito operacional, para registro e controle dos atos praticados na Superintendência, e por meio do Painel de Indicadores, que agrega as informações para acompanhamento do planejamento tático.

Por estar inserida no planejamento estratégico da SPU-OC, a SPU/TO fica responsável apenas pela parte operacional do planejamento estratégico, para tanto, a SPU-TO realizou suas ações de modo a atender as ações orçamentárias do PPA e seus decorrentes planos orçamentários.

Os mecanismos de elaboração dos indicadores e metas, bem como o processo de apuração dos resultados da política de administração do patrimônio permitem direcionar a atuação operacional da SPU/TO. Destaca-se a Portaria nº 140/2013, que estabelece as diretrizes e procedimentos de acompanhamento das demarcações e identificação de áreas da União, no âmbito do Plano Nacional de Caracterização, a Portaria 141/2013, que estabelece os procedimentos para o acompanhamento das demandas de regularização e uso de imóveis da União, e a Portaria 149/2013, que estabelece as formas de acompanhamento das avaliações e fiscalizações/vistorias de imóvel da União ou de seu interesse.

4.2 – Desempenho operacional

Em cumprimento as metas estabelecidas pela GIAPU esta SPU/TO realizou as ações determinadas para o exercício de 2015 em conformidade com as políticas de indicadores e metas destacadas como procedimentos nas Portarias nº 140/2013, que estabelece as diretrizes e procedimentos de acompanhamento das demarcações e identificação de áreas da União, no âmbito do Plano Nacional de Caracterização, a Portaria 141/2013, que estabelece os procedimentos para o acompanhamento das demandas de regularização e uso de imóveis da União, e a Portaria 149/2013, que estabelece as formas de acompanhamento das avaliações e fiscalizações/vistorias de imóvel da União ou de seu interesse, demonstradas a seguir:

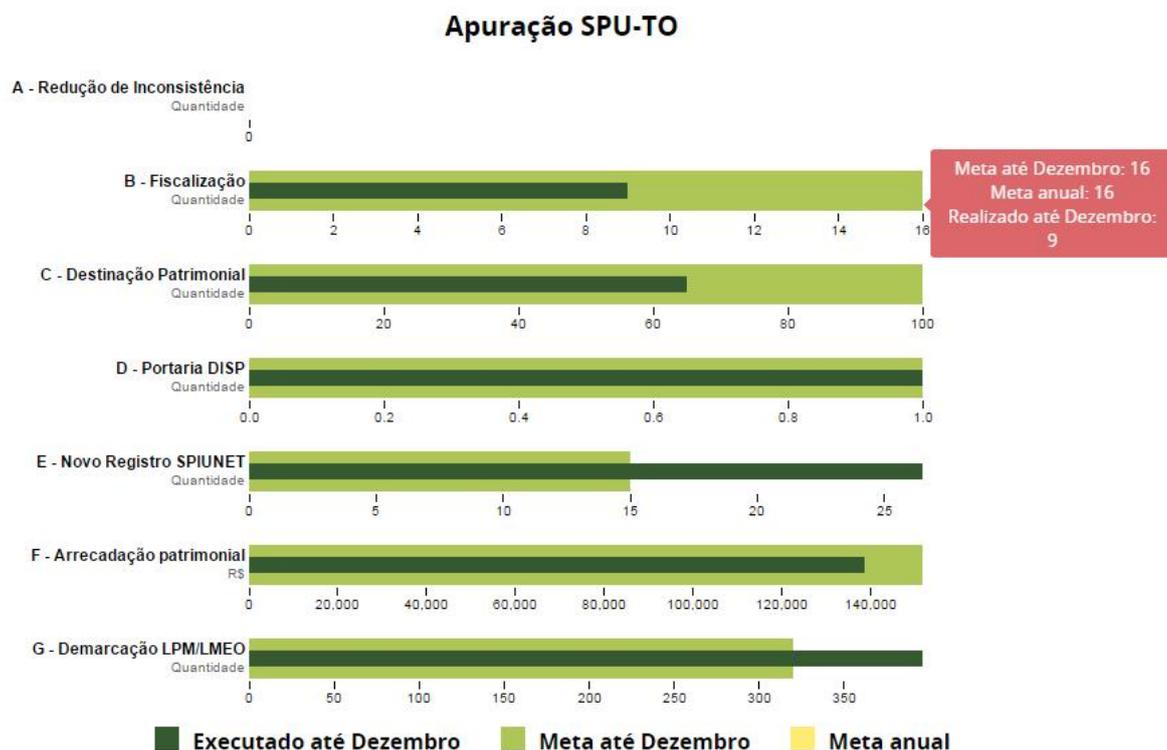
- **Redução de Inconsistência Cadastral**

Foi realizada a redução da única inconsistência cadastral advinda do ano de exercício de 2014.

- **Fiscalizações**

Foram realizadas 9 (nove) ações de fiscalização e notificação no ano de 2015, correspondentes a permissão de uso de praias fluviais e constatação de irregularidades por ocupações em terrenos marginais.

Figura 1.

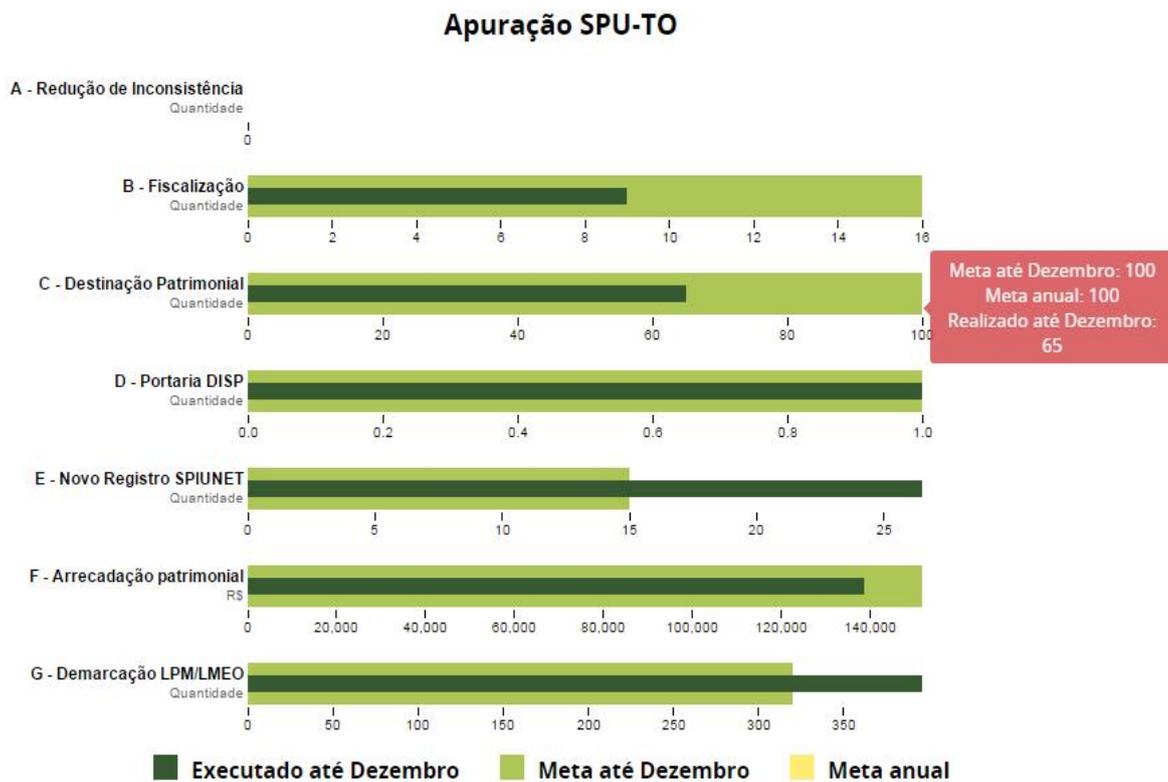


Fonte: <http://indicadores.spu.planejamento.gov.br/>

- **Destinações Patrimoniais**

No exercício do ano de 2015, as Coordenações de Destinação Patrimonial e Regularização Fundiária de interesse social, destinaram 65 (sessenta e cinco) imóveis, que beneficiaram a administração Pública Federal Direta e Indireta, como também famílias de baixa renda dos Municípios de Praia Norte e Sitio Novo. O município de Sitio Novo/TO foi contemplado com uma ação modelo piloto, a primeira cidade do norte do estado que recebeu o Contrato de Doação de todo o perímetro urbano do município, ação muito tempo planejada e que acarretou muitos esforços desta SPU/TO,

Figura 2.

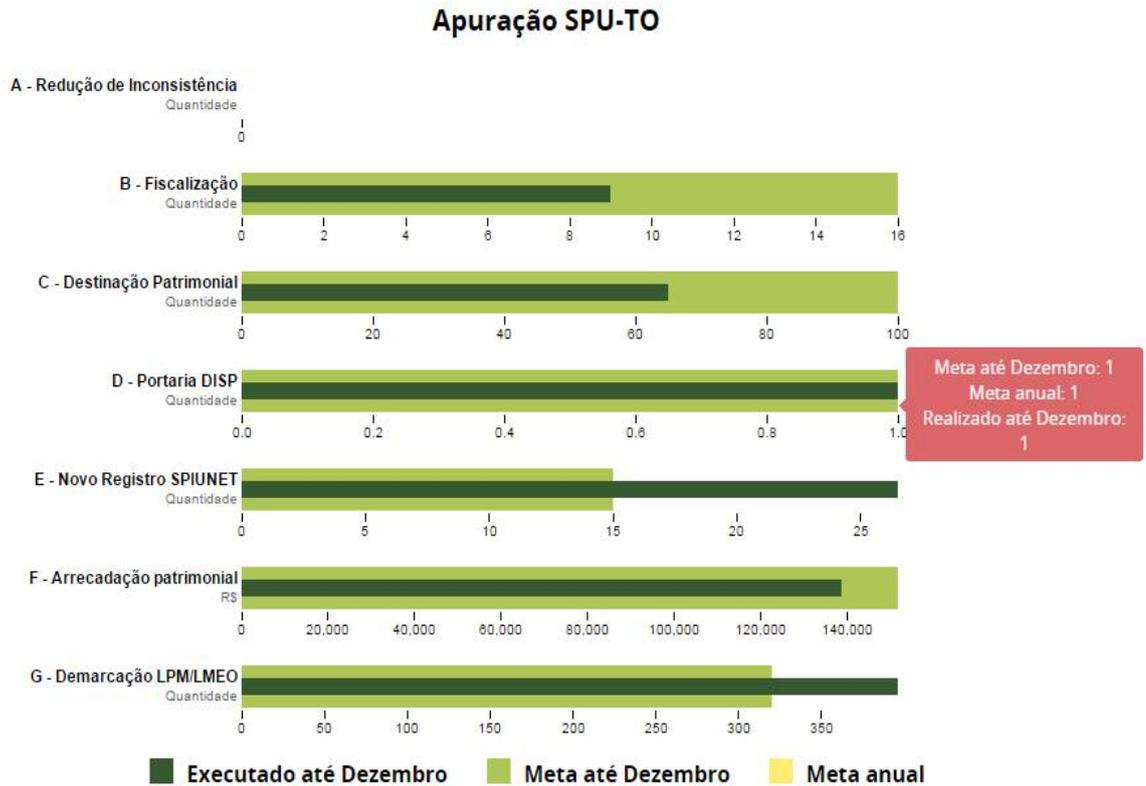


Fonte: <http://indicadores.spu.planejamento.gov.br/>

- **Publicação de Portaria de Declaração de Interesse Público**

No exercício de 2015 publicou-se no Diário Oficial da União uma Portaria de Declaração de Interesse do Serviço Público- PDISP, para fins de regularização fundiária de interesse social.

Figura 3

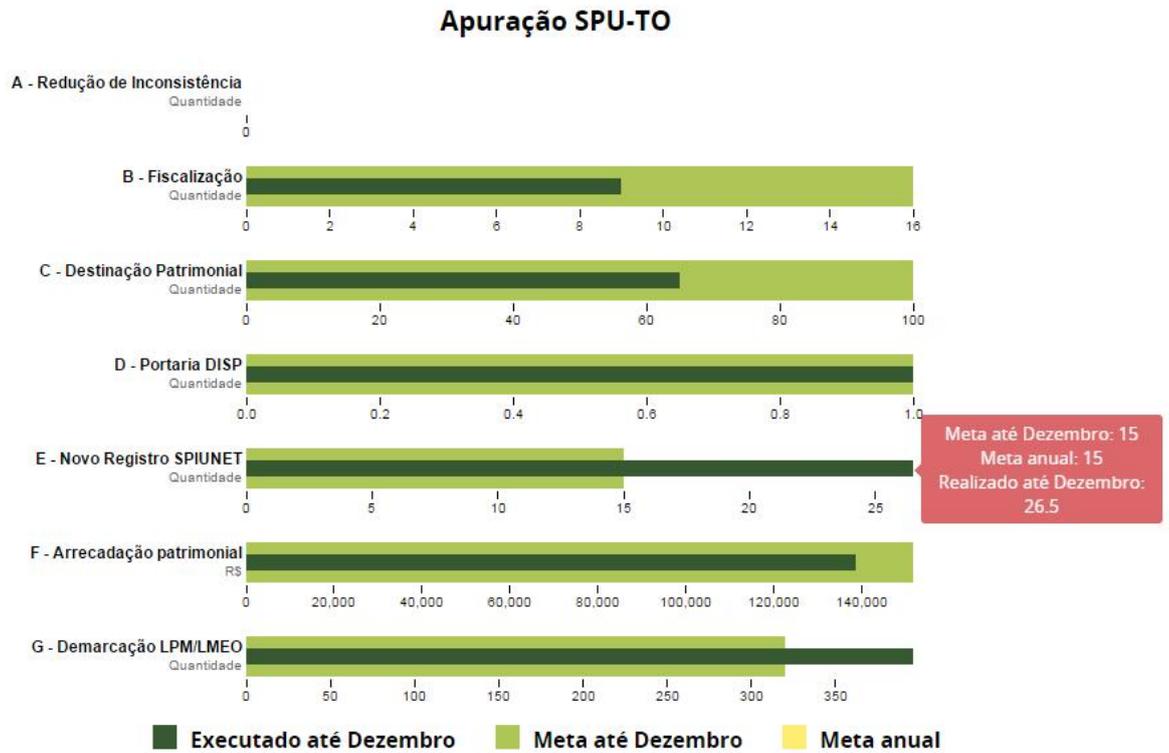


Fonte: <http://indicadores.spu.planejamento.gov.br/>

- **Registro de Imóveis no Sistema SPIUnet**

Alimentamos o Sistema SPIUnet com a inserção de 26,5 de novos registros de imóveis.

Figura 4.

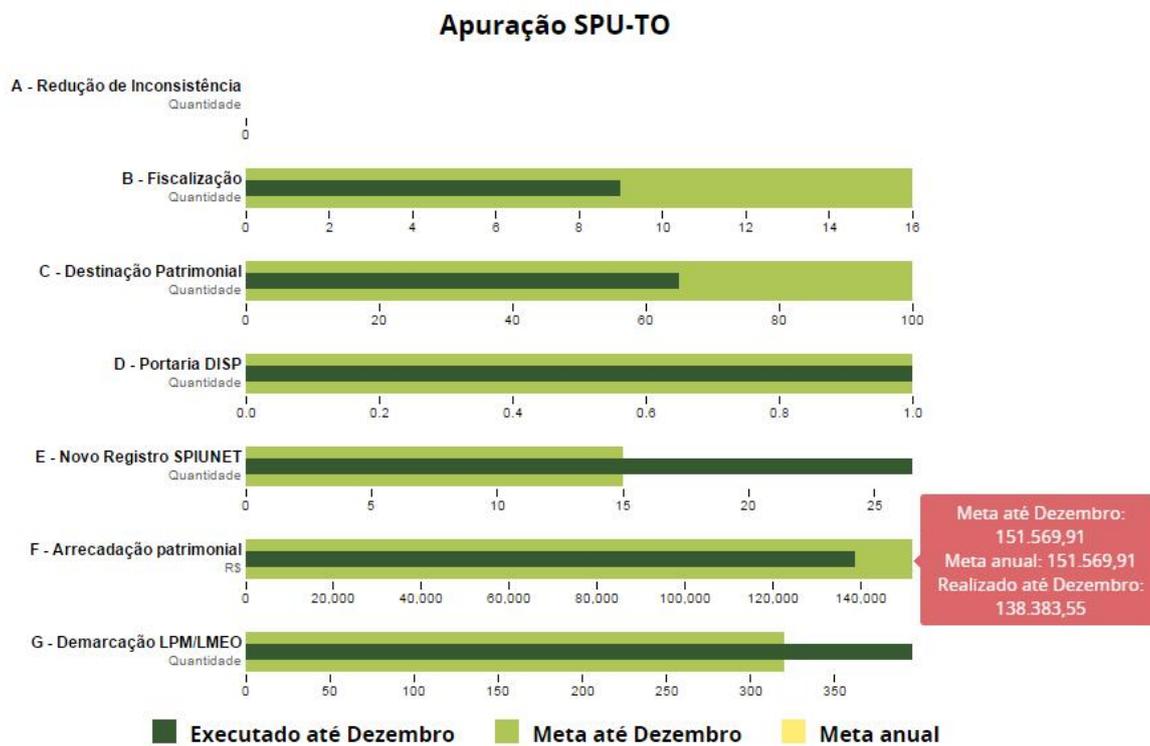


Fonte: <http://indicadores.spu.planejamento.gov.br/>

- **Arrecadação patrimonial**

A arrecadação da Superintendência de Patrimônio da União do estado do Tocantins, no exercício 2015 atingiu R\$ 138.383,55.

Figura 5

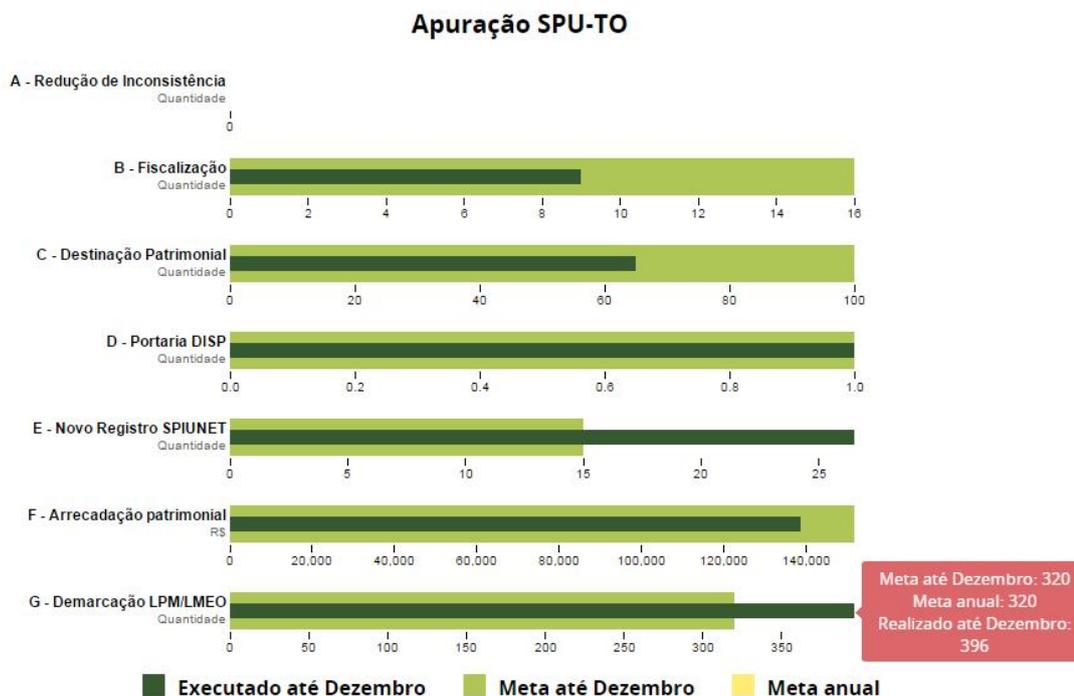


Fonte: <http://indicadores.spu.planejamento.gov.br/>

- **Demarcação de LMEO do Plano Nacional de Caracterização - PNC**

O processo de caracterização do Plano Nacional de Caracterização – PNC, nesta Superintendência, resultou na superação da meta estipulada para o exercício de 2015 com o quantitativo de 369 km caracterizados pela demarcação.

Figura 6.



Fonte: <http://indicadores.spu.planejamento.gov.br/>

A Superintendência de Patrimônio da União no estado do Tocantins na somatória das metas estipuladas na proposta de indicadores da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, alcançou uma margem de 15% (quinze por cento) a cima da exigida é demonstrada no site <http://indicadores.spu.planejamento.gov.br/> dos objetivos do exercício de 2015

4.3 – Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Um dos processos de avaliação de resultados da SPU é por meio da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU e das Metas Globais de Desempenho Institucional (composta por um indicador da GIAPU – Receitas Patrimoniais e pelo indicador Novos Registros SIAPA).

A proposta de indicadores da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU nos últimos anos tem se baseado na perspectiva de englobar processos importantes para a SPU, com base em atividades desenvolvidas nas Superintendências que reflitam os principais resultados concretos para sociedade e possam ser rastreados e apurados pelo corpo diretivo da SPU.

Além da apuração baseada nas informações registradas nos Sistemas da SPU, foi aprimorada a ferramenta de *Business Intelligence* – *BI* para automatização da apuração e acompanhamento dos indicadores e metas.

Foi disponibilizado no *BI* além dos relatórios por indicador, um espaço chamado “Painel”, no qual cada servidor pode acompanhar o desempenho mensal por indicador de cada Superintendência, com a apuração do índice parcial mês a mês.

Desta maneira, foi facilitado o gerenciamento do desempenho das Superintendências por parte do Órgão Central, Superintendentes e pelos próprios servidores.

O processo de elaboração das metas GIAPU buscou garantir a participação entre o Órgão Central e das Superintendências do Patrimônio da União, permitindo a manifestação ordenada e justificada dos envolvidos, sendo fixadas as metas para o exercício de 2015, por meio da Portaria 414/2015. Para o ano de 2015 foram escolhidos oito indicadores, conforme explicado no Quadro:

Quadro A.4.3 Indicadores – Quantitativo			
INDICADOR	DEFINIÇÃO	Meta	Resultado Alcançado
Indicador A	Redução de Inconsistência Cadastral	-	-
Indicador B	Fiscalização	16	9
Indicador C	Destinação	100	65
Indicador D	Publicação de Portaria de Declaração de Interesse Público	1	1
Indicador E	Novo registro SPIUNET	15	26,5
Indicador F	Arrecadação Patrimonial	R\$ 151.569,91	R\$ 138.383,55
Indicador G	Demarcação de LMEO do Plano Nacional de Caracterização - PNC	320Km	396Km

Os resultados demonstram o alcance dos índices geral e regionais, conforme tabela abaixo:

Quadro A. 4.3.1 Indicadores Institucionais GIAPU 2015							
Cód.	Indicador / Responsável	Peso	Descrição	Meta	Crítérios de Apuração	Fonte	Unidade de medida
A	Redução de Inconsistência Cadastral DECAP	1	Refere-se à redução das inconsistências no sistema SIAPA	Meta: reduzir a inconsistência cadastral do SIAPA por meio do tratamento de	Redução de inconsistência no campo CPF/CNPJ dos 20 maiores débitos, por	SIAPA	Registro Imobiliário Patrimonial (RIP)

				223 RIPs Indicador: quantidade de imóveis com redução de inconsistência no campo CPF/CNPJ	data e UF, que apresentem as seguintes qualificações: (1) Toda utilização ativa do RIP com CPF/CNPJ; (2) Todos os débitos em situação "a cobrar" ou "em cobrança" com CPF/CNPJ		
B	Fiscalização DECAP	1	Refere-se à quantidade de fiscalizações realizadas	Meta: realizar 1.982 fiscalizações Indicador: número de fiscalizações realizadas	Quantidade de atos inseridos no FIGEST, por data da fiscalização e UF, com as qualificações: (1) Tipo de ação: "Caracterização - Fiscalização de imóveis"; (2) Tipo de ato: "Fiscalização / Vistoria"; (3) Instrumento: "Relatório"	FIGEST	Relatório de Vistoria
C	Destinação Patrimonial DEDES	2	Refere-se à publicidade dos atos de destinação	Meta: Realizar a publicação de 6.534 atos de destinação patrimoniais Indicador: Quantidade de atos de destinações patrimoniais publicados	Quantidade de atos inseridos no FIGEST, por data de publicação e UF, com as seguintes qualificações: (1) Tipo de ato: "Aforamento Gratuito", "Aforamento Oneroso", "Cessão Gratuita", "Cessão Onerosa", "Concessão de Direito Real de Uso Gratuita", "Concessão de Direito Real de	FIGEST	Portaria, Termo,

					<p>Uso Onerosa", "Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia", "Entrega", "Permissão de uso", "Doação", "Permuta", "Autorização de Uso"; (2) Instrumento: "Contrato", "Portaria", Termo"; (3) Tipo de publicação: "Diário Oficial da União"</p>		
D	Publicação de Portaria de Declaração de Interesse Público DEDES	1	Refere-se à publicação de portarias de declaração de interesse público de imóveis da União	<p>Meta: Realizar a publicação de 51 PDISP Indicador: Quantidade de portarias publicadas</p>	<p>Quantidade de atos inseridos no FIGEST, por data de publicação e UF, com as seguintes qualificações: (1) Tipo de ato: "Interesse do serviço público (declaração)", "interesse público (declaração)";</p>	FIGEST	Portaria
E	Novo Registro SPIUNET DEINC	3	Refere-se à novo registros de imóveis inseridos no sistema SPIUnet	<p>Meta: Inserir 1.993 novos imóveis no SPIUnet Indicador: Quantidade de novos imóveis inseridos no SPIUnet</p>	<p>Inserção no SPIUnet de novo registro de imóveis, por data de cadastramento e UF, que apresentem as seguintes especificações: (1) situação do imóvel "ativo"; (2) Usuário cadastrador: "somente servidor SPU"; (3) Na contabilização:</p>	SPIUnet	Novo cadastro no SPIUnet

					se Forma de Aquisição igual a "Sucessão por entidade da APF" peso 1,0; demais formas de aquisição peso 0,5.		
F	Arrecadação patrimonial DERE P	1	Refere-se aos fatores obtidos com o processo de arrecadação patrimonial	Meta: Arrecadar R\$ 944.174.143,17 em receita patrimoniais Indicador: Valores arrecadados	Receita arrecada, por data da arrecadação e UF, relativo à: (1) valores no SIAPA; (2) valores no SARP; (3) imóveis funcionais; (4) valores REDARF - Receita Federal; (5) valores DAU - PGFN	SIAPA/ SARP/ REDARF/ PGFN	Valor arrecadado (R\$)
G	Demarcação de LPM e LMEO do Plano Nacional de Caracterização - PNC DECAP	1	Refere-se aos procedimentos da demarcação para dar cumprimento ao rito legal que leva à declaração do domínio da União em Terrenos de Marinha e Terrenos Marginais de Rios Federais	Meta anual de demarcação LPM/LMEO por UF, conforme cronograma de LPM e LMEO constante no anexo II, páginas 71 e 72 do PNC - Portaria SPU nº 317/2014 LPM: 1.369,00 km LMEO: 7.218,60 km Indicador: Extensão Linear de traçado de LPM ou LMEO	Medida em quilômetros lineares de demarcação apurada por extração do memorial descritivo apresentado no Relatório Final da Demarcação enviado para aprovação do Departamento de Caracterização do Patrimônio;	Departamento de Caracterização do Patrimônio, apurado pela Coordenação-Geral de Identificação do Patrimônio, através de relatório mensal de demarcações enviado à CGGES.	Extensão Linear de traçado de LPM ou LMEO;

5. GOVERNANÇA

5.1 Descrição das estruturas de Governança

A Unidade Central da SPU é responsável pela execução da política de gestão do patrimônio imobiliário da União, definindo as diretrizes, prioridades e metas a serem seguidas pelas Superintendências do Patrimônio.

A Unidade prestadora de contas não conta com estruturas de governança como: conselho de administração, conselho fiscal, comitê de auditoria, unidade de auditoria interna ou de controle interno, ou outra estrutura de controle interno.

Não obstante isso, tendo por premissa a orientação trazida pelo manual do TCU, a governança também pode ser exercida além das instâncias internas e externas, existindo ainda outras estruturas que contribuem para a boa governança da organização, sendo elas: a administração executiva, a gestão tática e a gestão operacional.

Nesse sentido, sendo a gestão operacional conceituada como aquela que é responsável pela execução de processos produtivos finalísticos e de apoio, têm-se que a SPU/TO limita o âmbito de sua governança somente na gestão operacional, executando os macroprocessos finalísticos de caracterização, fiscalização, destinação e arrecadação, já definidos e especificados no item 1.4 deste relatório.

5.2 Gestão de riscos e controles internos

Quadro A.5.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ					
ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5

10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.						X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.						X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.						X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.						X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.						X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.						X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.						X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.						X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5	
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5	
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.						X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.						X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.						X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.						X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.						X
Monitoramento	1	2	3	4	5	
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X			

Análise crítica e comentários relevantes:

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Superintendência trabalha com diversos canais de comunicação com a sociedade, grupos de trabalho com a participação da sociedade organizada para apoio a destinação de áreas para habitação de interesse social, audiências públicas normatizadas em processos de trabalho e para elaboração de normativos, atendimento presencial ao cidadão, atendimento via telefone e canais virtuais de informação, comunicação e prestação de serviços.

Os principais canais de diálogo e participação da sociedade civil organizada nas decisões da SPU, com funcionamento regular ao longo dos anos, são os Grupos de Trabalho Nacional – GTN, instituído na SPU/UC e os Grupos de Trabalho Estaduais – GTEs, instituídos nas SPU/TO. Tendo como objetivo principal o apoio à Secretaria e Superintendência na identificação das demandas da sociedade por Habitação de Interesse Social (HIS), bem como na identificação de imóveis da União com vocação para a habitação.

Para garantir a acessibilidade ao cidadão a SPU/TO dispõe de canais de comunicação virtuais como também acesso direto do cidadão a sua unidade física.

Canais Virtuais

Site do Ministério do Planejamento: www.planejamento.gov.br

Características:

- ✓ Criado e mantido pela ASCOM/MP, foi modernizado em 2013, dando novo conceito às informações.

Serviços:

- ✓ Possui link com todos os serviços que a SPU presta ao cidadão virtualmente e com o patrimônio de todos.

Fale Conosco: <http://www.planejamento.gov.br/faleconosco.asp?index=mp>

Características:

- ✓ Criado e mantido pela ASCOM/MP no site do MP. As demandas para SPU são filtradas pela ASCOM e acessadas pela Assessoria de Imprensa da SPU que encaminha por e-mail à área responsável pela resposta, diretamente ao cidadão.

Serviços:

- ✓ Pode ser acessado pelos sites do MP, pelo Balcão Virtual e pelo site patrimônio de todos.
- ✓

Site Patrimoniode todos: www.patrimoniode todos.gov.br

Características:

- ✓ Criado e mantido pela SPU/MP, para ser atualizado em rede supervisionada pela Assessoria de Comunicação da SPU
- ✓ Links com site MP, balcão virtual

Serviços:

- ✓ Informações sobre SPU nacional e estaduais
- ✓ Acessos aos serviços prestados pela SPU aos cidadãos

Balcão Virtual: <http://atendimentovirtual.spu.planejamento.gov.br>

Características:

- ✓ Criado e mantido pelo Serpro, depende desse contrato para fazer modificações e correções.

Serviços:

- ✓ Atualização de endereço
- ✓ Informações sobre Transferência de imóvel
- ✓ Emissão e validação da CAT
- ✓ Acesso a formulários para outras certidões
- ✓ Emissão de DARF
- ✓ Visualização dos Dados Cadastrais e situação financeira do Imóvel
- ✓ Cálculo de laudêmio
- ✓ Averbação de Transferência – lista de documentos e orientação.

Site Portal Colaborativo: <https://patrimoniode todos.planejamento.gov.br/colaborativo>

Características:

- ✓ Criado e mantido pela SPU/MP, para servir como Intranet da SPU enquanto as superintendências estavam fora da rede MP
- ✓ Permite a instalação de grupos de discussão e aprimoramento de temas

Serviços:

- ✓ Informações sobre questões internas da SPU
- ✓ Criação de salas de conversa
- ✓ Não permite o acesso direto do cidadão, mas pode favorecer a padronização de procedimentos sobre este tema
- ✓ Por não ter área definida na SPU para seu monitoramento sistemático, cada Departamento fica responsável por suas informações e por sua manutenção.

Site do Sistema de Informação ao Cidadão – SIC : www.planejamento.gov.br (clicar em Central de Conteúdos em seguida em Serviços – não tem um ícone na página principal que remeta ao e-sic)

Características:

- ✓ Criado e mantido pela ASCOM/MP
- ✓ Definido e padronizado pela Lei de Acesso a Informação e pela CGU
- ✓ Integrado como parte do atendimento ao cidadão

Serviços:

- ✓ Informações relacionadas com a Lei de Acesso a Informação

Atendimento Presencial

Na SPU/TO funciona um núcleo de atendimento ao público (serviço ou setor), previsto regimentalmente, para atendimento presencial de demandas de informações e serviços.

Audiências Públicas

No processo de demarcação da LMEO, uma das etapas inclui audiências públicas para garantir a informação e o diálogo com a sociedade sobre o significado desses procedimentos. Esta diretriz foi definida pela SPU/UC e passou a ser parte integrante do processo formal, garantindo um momento de diálogo direto com as comunidades que vivem nas áreas demarcadas.

Este instrumento é direcionado para o estabelecimento de parcerias com a sociedade na preservação dos espaços públicos e adequada utilização dos imóveis da União, na sua amplitude, aumentando a capacidade de gestão do estado.

6.1 - Mecanismo de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Para dar mais transparência ao uso do patrimônio da União, o Ministério do Planejamento disponibilizou em seu portal (<http://www.planejamento.gov.br>), ferramenta de consulta que permite verificar quantos imóveis da União estão sendo utilizados por particulares. A pesquisa pode ser feita por município, unidade federativa (UF), regime de ocupação, conceituação do imóvel, área ou data de cadastro.

A nova seção reúne informações relativas aos imóveis que estão cedidos a terceiros, por meio de Aforamento, Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM).

Ainda no intuito de dotar maior transparência e celeridade aos procedimentos de consulta e requerimento de imóveis da União por entes da Administração Pública e entidades sem fins lucrativos, os usuários podem acessar o site <https://sisrei.spu.planejamento.gov.br/sisrei/>.

No que se refere a publicização dos Relatórios de Gestão desta Unidade Jurisdicionada os mesmos podem ser visualizados no endereço eletrônico: <http://portal.tcu.gov.br/cidadao/cidadao.htm>

6.2 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Acessibilidade Física

As atuais instalações da SPU-TO contam com rampas na calçada que dá acesso ao prédio, bem como ao elevador, possuindo dimensões exigidas para conforto de cadeirantes, banheiros adaptados para deficientes físicos na recepção, e em todos os andares do prédio, corredores largos, que possibilitam a passagem de pessoas com limitação ou dificuldade de locomoção.

Acessibilidade Virtual

Portal do MP

- ✓ Foi desenvolvido de forma a oferecer o máximo de acessibilidade aos visitantes, seguindo as diretrizes e a metodologia do e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico e do e-PWG - Padrões Web em Governo Eletrônico.
- ✓ Essa acessibilidade traduz-se na facilidade de navegação com teclas de atalho. Para conhecer essas teclas o cidadão tem que acessar a aba Acessibilidade no alto da página principal do site do MP.
- ✓ Não localizamos recursos de aumento de letras ou outros recursos que facilitem o acesso às informações do site. Como se trata de um site ainda em construção, acreditamos que esses recursos serão implantados num futuro próximo.

Site Patrimoniode todos

- ✓ Usa o Open Source Content Management System Plone e foi projetado para ser completamente acessível e usável, estando em conformidade com as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG v1.0).

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A Unida Jurisdicionada não possui setor próprio de contabilidade, sendo todas as ações atinentes a contabilidade realizada pela SPU Órgão Central, de modo que a demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As normas trazem inovações para a Contabilidade Pública, motivadas pela necessidade de padronização de procedimentos contábeis. A atratividade de investimentos no setor público tem determinado a exigência de demonstrações contábeis que permitam comparar as contas públicas de qualquer país com o fim de avaliar e analisar a política fiscal, especialmente no que se refere ao desempenho do Governo

7.1 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

a) Processo de verificação da conformidade contábil:

1. Analisa as Demonstrações e Auditores Contábeis e transações utilizadas no SIAFI.
2. Identifica ocorrências e ressalvas;
3. Informa e orienta o gestor de possíveis pendências e auxilia nas providências

b) As ocorrências na Conformidade Contábil, na SPU/TO durante o exercício DE 2015, foi a seguinte:

315 - Falta/Restrição da Conformidade de Registro de Gestão, nas Unidades Gestoras:

c) Descrição da ocorrência não sanada até o final do exercício e justificativas da não regularização:

Código da ocorrência: 315 - Falta/Registro da Conformidade de Registro de Gestão, no mês de dezembro na UG e 201039 – Superintendência do Patrimônio da União/TO. A unidade justifica que a ausência de conformidade foi ocasionada por falhas operacionais e de comunicação entre os responsáveis pela conformidade de gestão.

8. AREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 – Gestão de pessoas

8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro A.8.1.1.1 – Força de Trabalho da UPC				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		5		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		8	3	8
4. Total de Servidores (1+2+3)		13		

Fonte: Dados Fornecidos pelo Órgão Central/SPU

Quadro A.8.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva		
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1	4
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão		
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	3	10

Fonte: Dados Fornecidos pelo Órgão Central/SPU

	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	297.054,33	8.004,04	24.118,47	20.533,31	32.094,52	5.953,96	0,00	0,00	0,00	387.778,63
	2014	368.003,19	11.389,55	31.725,35	11.293,68	36.802,60	7.980,94	0,00	0,00	0,00	467.195,31
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

8.2.1 – Demonstração da situação dos imóveis da União

Quadro A.8.2.1.1. Imóveis em tramite na Unidade (totalizando os de incorporação e os de destinação)	
Destinação/Incorporação	Quantidade
Termo de Entrega	5
Cessão	1
Permissão	17
Doação	54
Total	77

Fonte: Coordenações SPU/TO.

Quadro A.8.2.1.2. Quantidade de imóveis por tipo (totalizando por edificação e por terreno)						
Sistema Spiunet						
Soma de QUANTIDADE	TIPO	SITUAÇÃO				Total
		Em Processo de Incorporação		Incorporado		
UF		COM	SEM	COM	SEM	
TO	Aeroporto			1	2	3
	Biblioteca			1		1
	Casa			14		14
	Clube				1	1
	Edifício / Prédio			24	1	25
	Escola			1		1
	Estação				1	1
	Fazenda			1	2	3
	Gleba			1		1
	Hospital			2		2
	Observatório			3		3
	Outros			1	1	2
	Parque				11	11
	Quartel			1		1
	Reserva				16	16
	Residência			17	1	18

	Teatro				1	1
	Terreno		1	11	200	212
Total Resultado		0	1	78	237	316

Fonte: CGGES, extração CGTEC.

Sistema SIAPA				
UF	TIPO	COM	SEM	Total
TO	GLEBA RURAL		47	47
	GLEBA URBANA		66	66
	GLEBA URBANIZADO		1	1
	LOTE	1	271	272
	NAO INFORMADO	268	95	363
Total		269	480	749

Fonte: CGGES, extração CGTEC.

Quadro A.8.2.1.3. Quantidade de imóveis por situação cadastral				
SPIUnet Ativo por Regime de Utilização e Situação da Incorporação				
UF	Regime de Utilização	Em Processo de Incorporação	Incorporado	Total
TO	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		6	6
	Doação Com Encargo		4	4
	Em regularização - Cessão		17	17
	Em regularização - Entrega	1	23	24
	Em regularização - Outros		10	10
	Entrega - Administração Federal Direta		63	63
	Entrega para Aquicultura		9	9
	Imóvel Funcional		20	20
	Irregular - Entrega		109	109
	Uso em Serviço Público		1	1
	Usufruto Indígena		16	16
	Vago para uso		37	37
Total		1	315	316

Fonte: CGGES, extração CGTEC.

UF	Spiunet - Ativos			Spiunet - Inativos				
	Em processo de Incorporação	Incorporado	Total	Motivo Cancelamento				Total
TO	1	315	316	Unificação de Imóvel	Erro de Cadastramento	Transferência de Domínio	Duplicidade	22
				5	8	4	5	

Fonte: CGGES, extração CGTEC.

Sistema SIAPA					
	ATIVO			INATIVO	
	Com utilização		Sem utilização		
UF	Regime Utilização	Quantidade	Quantidade	Motivo Cancelamento	Quantidade
TO	AFORAMENTO	520	37	UNIFICACAO	2
	CDRU	10		NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	119
	OCUPACAO	141		NOVA UNIFICACAO DESFEITA	1
	TAU	41		IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	2
				DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	4
				ERRO DE CADASTRAMENTO	115
				FRACIONAMENTO TOTAL	4
				DOACAO	460
	Total	749		707	
Total Geral					1456

Fonte: CGGES, extração CGTEC.

Quadro A.8.2.1.4. Valor total de avaliação dos imóveis sob responsabilidade da unidade		
UF	SIAPA	SPIUnet
TO	Valor Imóvel	Valor Imóvel
TO	R\$ 16.010.160,49	R\$ 6.856.542.433,31

Fonte: CGGES, extração CGTEC.

Quadro A.8.2.1.5. Imóveis por localização (área rural e urbana)			
SIAPA			
UF	RURAL	URBANO	TOTAL
TO	178	571	749

Fonte: CGGES, extração GTEC.

SPIUnet					
UF	Em Processo de Incorporação		Incorporado		Total
TO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	
		1	21	294	316

Fonte: CGGES, extração CGTEC.

Quadro A.8.2.1.6. Quantidade de imóveis por situação cartorial						
UF	SISTEMAS					
TO	SIAPA		SPIUnet			
	Com registro	Sem registro	Em processo de incorporação		Incorporado	
	110	639	Com	Sem	Com	Sem
			1		315	
TOTAL	749		316			

Fonte: CGGES, extração CGTEC.

Situação cadastral dos imóveis na SPU/TO

Todos os imóveis caracterizações e identificados da SPU/TO, possuem Registro Imobiliário Patrimonial - RIP conforme informação do SIAPA e SIPUnet.

Quadro A.8.2.1.7. Quantidade de imóveis por ocupação (totalizada por imóveis ocupados regularmente, imóveis ocupados irregularmente e desocupados)		
UF	OCUPAÇÃO	TOTAL
TO	Ocupação Irregular	109
	Desocupados	37
	Ocupação Regular	170
Total		316

Fonte: CGGES, extração CGTEC.

8.3 – Gestão da tecnologia da informação

8.3.1 – Principais sistemas de informações

A unidade jurisdicionada não é responsável pelas questões atinentes a tecnologia de informação sendo tais questões tratadas no Órgão Central-SPU/OC, utilizamos os sistemas:

Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA, Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUne, Sistema Eletrônico de Informação - SEI, Ferramentas integradas de Gestão – FIGEST.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

9.1 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de referência do relatório de gestão a Unidade Jurisdicionada não obteve recomendações feitas pelo TCU, não restando obrigado ao cumprimento de determinação/recomendação qual deveria se prestar esclarecimento neste item.

Da mesma forma, não houve ocorrência na UJ que implicassem na adoção de medidas administrativas internas para apuração de responsabilidade, havendo a ocorrência de tomada de contas especiais no ano de 2015.

9.2 – Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201503409	1.1.1.1	SA: 03/201502806
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Realizar estudos técnicos que permitam aferir a demanda de servidores para realização das atividades do PNC no âmbito da SPU/TO.</p> <p>Recomendação 2: Instar a SPU/MP (Órgão Central) no sentido de suprir a carência por servidores para desenvolver as ações de caracterização do PNC.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Síntese da Providência Adotada			
<p>Em cumprimento a recomendação 1 deste item, foi realizado estudos técnicos que permitam aferir a demanda de servidores para a realização das atividades do PNC no âmbito da SPU/TO levamos em consideração atividades inerentes especificamente à Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP, por entender que as áreas de Avaliação e Fiscalização, desenvolvidas em outros Macros processos, acabam por interferir em decorrência da ausência de servidores.</p> <p>Em cumprimento a recomendação 2 deste item, visando suprir a carência de servidores da área técnica em toda SPU, foi lançado o concurso para seleção de técnicos para atender todas as Superintendências conforme EDITAL Nº 1 – MP/ENAP, DE 12 DE JUNHO DE 2015 - anexo 2. Após o final do certame a SPU-TO conta um reforço de 6 (seis) servidores, sendo 4 (quatro) da área técnica (1 Arquiteto, 1 Engenheiro, 1 Geógrafo e 1 Geólogo).</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Apesar da falta de servidores para a realização das atividades do PNC, no exercício de 2015 a SPU/TO demarcou 396 quilômetros, superando a meta Institucional GIAPU estipulada para o exercício que era de ordem de 320 quilômetros.</p> <p>Já ao fim do ano de exercício de 2015, com a publicação da portaria 1077 MPOG, foram convocados seis aprovados no concurso MP/ENAP, de 12 de junho de 2015 para comporem o quadro de servidores desta Superintendência aumentando assim a força de trabalho.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>A Coordenação de Caracterização do Patrimônio - COCAP, responsável pelo PNC, também é responsável pelos Macroprocessos de Avaliação e Fiscalização havendo assim uma necessidade de suprir sempre uma lacuna em alguma ação nos demais macroprocessos.</p> <p>A criação do concurso durante o exercício de 2015 gerou uma expectativa positiva em relação ao atendimento da carência de servidores desta superintendência.</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201503409	1.1.1.2	SAs: 02 e 03/201502806
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Implementar rotinas na SPU/TO que permitam o acompanhamento tempestivo das diretrizes emanadas pelo Órgão Central (notadamente pela Coordenação-Geral de Identificação do Patrimônio) no que diz respeito ao PNC, como por exemplo estabelecendo canais de comunicação entre a Superintendência (em especial a Coordenação de Caracterização do Patrimônio) e a Coordenação-Geral de Identificação do Patrimônio.</p> <p>Recomendação 2: Instituir mecanismos gerenciais objetivando a efetiva atuação da Coordenação de Caracterização do Patrimônio no âmbito da SPU/TO, em conformidade com as atribuições previstas no Regimento Interno da SPU.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Síntese da Providência Adotada			
<p>Os canais de comunicação entre a SPU-TO e a CGIPA-SPU-MP são as vídeo conferências e portal patrimônio de todos.</p> <p>Através do site indicadores SPU (http://indicadores.spu.planejamento.gov.br) a SPU-TO pode acompanhar mensalmente suas atividades desenvolvidas que refletem diretamente nas metas institucionais da Secretaria do Patrimônio da União.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Acompanhamento tempestivo das diretrizes emanadas pelo Órgão Central através dos canais de comunicação disponíveis como vídeo conferências, áudio conferências e portal patrimônio de todos.</p> <p>Cumprimento das atribuições previstas no Regimento interno para a Coordenação de Caracterização.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>A divulgação das metas estabelecidas no PNC no final do exercício de 2014 em 17 de dezembro dificultou o seu cumprimento a tempestivo.</p> <p>O site de indicadores da SPU que possibilita o acompanhamento e gerenciamento mensal das atividades desenvolvidas pela superintendência incentivando o cumprimento das metas estabelecidas</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201503409	1.1.1.3	SAs: 02 e 03/201502806
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Monitorar junto à SPU/MP o atendimento da demanda no tocante aos equipamentos necessários para as atividades do PNC no âmbito da SPU/TO.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Síntese da Providência Adotada			
Envio do Memorando SEI Nº 4076/2015-MP, solicitando em caráter emergencial a aquisição de equipamentos básicos imprescindíveis para a realização do procedimento demarcatório de Identificação Simplificada – IS e Linha Média de Enchente -LMEO			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Durante o exercício de 2015 a solicitação não foi atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201503409	1.1.1.4	Acórdão TCU nº 726/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Elaborar mapeamento de longo prazo dos principais riscos em nível local que podem impactar negativamente o atingimento das metas previstas no PNC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Síntese da Providência Adotada			
Na análise dos pontos técnicos da ON-GEADE-003 DE 04/06/2001 (Orientação Normativa que Disciplina a Demarcação de Terrenos Marginais e seus Acrescidos) esta SPU descreve os riscos iminentes ao não cumprimento das metas do PNC, que são: Obtenção de dados fluviométricos, Referências de Nível – RRNN, Base Cartográfica, Transformação de Datum Vertical e Determinação da Posição da LMEO.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Execução de novas estratégias no sentido de minimizar os riscos que podem impactar no atingimento das metas do PNC, como por exemplo, a realização do procedimento demarcatório de Identificação Simplificada – IS.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201503409	1.1.1.5	Sem N° SA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Buscar parcerias com outros órgãos como meio de suprir as carências de recursos humanos e técnicos da SPU/TO para a realização das atividades do PNC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Síntese da Providência Adotada			
Designação de servidores através da portaria nº 22 de 11 de novembro de 2015 para constituírem a COMISSÃO DE IDENTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA de terras da União, para promover os trabalhos de identificação das áreas de jurisdição da SPU caracterizados como "terrenos de marinha, terrenos marginais ou reservados, seus acrescidos ou outras áreas suscetíveis de alienação nos termos do artigo 20 da Constituição Federal.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Parcerias com entes públicos das esferas Federal e Estadual, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável – SEMDU/ Palmas-TO.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O conhecimento da importância das ações relacionadas as atividades do PNC por parte dos parceiros.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201503409	2.1.1.2	Sem N° SA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Desenvolver procedimentos de auxílio à revisão do Relatório de Gestão pela própria Unidade, como por exemplo checklists, evitando que o documento final entregue contenha inconsistências.</p> <p>Recomendação 2: Definir internamente na SPU/TO, formalmente, quais serão as áreas e servidores responsáveis pela elaboração e supervisão do Relatório de Gestão, apresentando fluxo e cronograma de elaboração e supervisão.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência do Patrimônio da União no estado do Tocantins			1986
Síntese da Providência adotada			
<p>Encaminhamento do Relatório de Gestão a Coordenação Geral de Gestão Estratégica SPU/UC para análise antes do envio ao TCU.</p> <p>Segundo o regimento interno no seu artigo 50 o setor responsável pela elaboração do Relatório de Gestão é a Divisão de Gestão Estratégica da SPU-TO</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Envio do Relatório para correção a CGGES e CGU.			
Análise Crítica dos fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>No exercício de 2015 a SPU/TO passou por diversas mudanças que contribuirão negativamente para a confecção do Relatório de Gestão, a troca do gestor Maximo e dos coordenadores, mudança do endereço da sede. Tais fatos dificultaram o andamento de todas as ações por esta SPU/TO depender dos serviços de TI do Órgão Central como: liberação de rede, senhas, atualização do quadro de servidores junto aos sistemas, fatores estes que são imprescindíveis a concretização das ações desta Superintendência.</p>			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201039 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	-	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2016 PÁGINA 2

SUBTÍTULO 201039 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Varição Cambial		-	Varição Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos		-			-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	Saldo para o Exercício Seguinte	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 201039 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201039 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201039 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 201039 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201039 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	84.329.084,32	65.080.633,83			
Bens Imóveis	84.392.217,37	65.118.116,05			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-63.133,05	-37.482,22			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	84.329.084,32	65.080.633,83	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	84.329.084,32	65.080.633,83

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	-	-	PASSIVO FINANCEIRO	-	-
ATIVO PERMANENTE	84.329.084,32	65.080.633,83	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	84.329.084,32	65.080.633,83

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 201039 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 05/02/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	201039 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	-	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 201039 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 201039 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	201039 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	23.845.356,52	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	160.690,85	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	160.690,85	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	23.402.514,26	-
Reavaliação de Ativos	536.707,07	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	22.865.807,19	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	282.151,41	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 05/02/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	201039 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	282.151,41	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.596.906,03	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	25.650,83	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	25.650,83	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	65.204,80	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	65.204,80	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.506.050,40	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.426.263,50	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	201039 - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/TO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	2.079.786,90	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	19.248.450,49	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

EXTRAÇÃO NOMINAL								
SECRETARIA	UNIDADE	ÁREA	SIAPE	NOME SERVIDOR	TIPOLOGIA DE CARGO	FUNÇÃO	AFASTAMENTO	QTD
SPU TO	Superintendencia Patrimonio Uniao TO-SPU	ÁREA FIM	1203110	WALDSON ALVES PEREIRA JUNIOR	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO			1
SPU TO	Superintendencia Patrimonio Uniao TO-SPU	ÁREA FIM	2243874	RONISON PARENTE SANTOS	SEM VÍNCULO	DAS		1
SPU TO	Coordenacao 1-SPU TO	ÁREA FIM	0694745	LUIZ MENDES DE FIGUEIREDO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO			1
SPU TO	Coordenacao 2-SPU TO	ÁREA FIM	1767915	LIVIA JORGE SALES	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	FGR		1
SPU TO	Coordenacao 3-SPU TO	ÁREA FIM	0695058	FRANCISCA DAS CHAGAS FREIRE DA SILVA	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	FGR		1
SPU TO	Divisao 3-SPU TO	ÁREA FIM	1665564	RAFAEL ALVES AMORIM	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	DAS		1
SUBTOTAL								6

INGRESSOS 2014 - FUNÇÕES					
SECRETARIA	SIAPE	NOME	TIPOLOGIA DE CARGO	FUNÇÃO	IN FUNÇÃO
SPU TO	0695058	FRANCISCA DAS CHAGAS FREIRE DA SILVA	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	FGR	20/05/2015
SPU TO	1767915	LIVIA JORGE SALES TEOFILIO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	FGR	23/05/2015
SPU TO	2243874	RONISON PARENTE SANTOS	SEM VÍNCULO	DAS	10/08/2015
SPU TO	2273013	JULIANA QUEIROZ BASTOS LIMA	SEM VÍNCULO	DAS	17/12/2015
SPU TO	1026640	ALINE DE SOUZA SILVEIRA	SEM VÍNCULO	DAS	17/12/2015
SPU TO	2621058	CRISTIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	SEM VÍNCULO	DAS	05/08/2015
SPU TO	1932744	LUCAS DANIEL SOUZA PAIVA	SEM VÍNCULO	DAS	05/08/2015
SUBTOTAL					7

EGRESSOS 2014 - FUNÇÕES					
SECRETARIA	SIAPE	NOME	TIPOLOGIA DE CARGO	FUNÇÃO	FIM FUNÇÃO
SPU TO	1502010	LUCILENE DE LIRA ALVES	SEM VÍNCULO	DAS	10/07/2015
SPU TO	2621058	CRISTIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	SEM VÍNCULO	DAS	17/12/2015
SPU TO	1750461	DIRCEU CARVALHO DE MOURA	SEM VÍNCULO	DAS	17/12/2015
SPU TO	1890581	FRANCIELLE PAOLA RODRIGUES BARBOSA	SEM VÍNCULO	DAS	20/07/2015
SPU TO	2761638	JOSE SANTANA JUNIOR	SEM VÍNCULO	DAS	02/02/2015
SPU TO	1932744	LUCAS DANIEL SOUZA PAIVA	SEM VÍNCULO	DAS	17/12/2015
SPU TO	2075300	FILIPPE MORENO SILVA	SEM VÍNCULO	DAS	17/12/2015
SPU TO	2738078	JULIANA PEREIRA DE OLIVEIRA	SEM VÍNCULO	DAS	02/02/2015
SUBTOTAL					8

INGRESSOS 2015 ÓRGÃO					
SECRETARIA	SIAPE	NOME	TIPOLOGIA DE CARGO	TIPO DE INGRESSO	DATA IN
SPU TO	2243874	RONISON PARENTE SANTOS	SEM VÍNCULO	NOMEACAO COMIS. CARG.CONF.ART.9,ITEM II,LEI8112/90	10/08/2015
SPU TO	1026640	ALINE DE SOUZA SILVEIRA	SEM VÍNCULO	NOMEACAO COMIS. CARG.CONF.ART.9,ITEM II,LEI8112/90	17/12/2015
SPU TO	2273013	JULIANA QUEIROZ BASTOS LIMA	SEM VÍNCULO	NOMEACAO COMIS. CARG.CONF.ART.9,ITEM II,LEI8112/90	17/12/2015
SUBTOTAL					3

EGRESSOS 2015 ÓRGÃO

SECRETARIA	SIAPE	NOME	TIPOLOGIA DE CARGO	TIPO DE EXCLUSÃO	DATA EX
SPU TO	1502010	LUCILENE DE LIRA ALVES	SEM VÍNCULO	EXON.CARG COMIS/FUNC.CONF.ART.35,II, LEI 8112/90	10/07/2015
SPU TO	1750461	DIRCEU CARVALHO DE MOURA	SEM VÍNCULO	EXON.CARG.COMIS.ART.35,INC I, LEI 8112/90	17/12/2015
SPU TO	2738078	JULIANA PEREIRA DE OLIVEIRA	SEM VÍNCULO	EXON.CARG COMIS/FUNC.CONF.ART.35,II, LEI 8112/90	02/02/2015
SPU TO	1890581	FRANCIELLE PAOLA RODRIGUES BARBOSA	SEM VÍNCULO	EXON.CARG COMIS/FUNC.CONF.ART.35,II, LEI 8112/90	20/07/2015
SPU TO	2621058	CRISTIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	SEM VÍNCULO	EXON.CARG.COMIS.ART.35,INC I, LEI 8112/90	17/12/2015
SPU TO	1932744	LUCAS DANIEL SOUZA PAIVA	SEM VÍNCULO	EXON.CARG.COMIS.ART.35,INC I, LEI 8112/90	17/12/2015
SPU TO	2761638	JOSE SANTANA JUNIOR	SEM VÍNCULO	EXON.CARG COMIS/FUNC.CONF.ART.35,II, LEI 8112/90	02/02/2015
SPU TO	2075300	FILIPE MORENO SILVA	SEM VÍNCULO	EXON.CARG.COMIS.ART.35,INC I, LEI 8112/90	17/12/2015
SUBTOTAL					8

QUADRO DE CUSTOS DO RH - 2014 E 2015

SECRETARIA	TIPOLOGIA DE CARGO	TIPOLOGIA DE GASTOS	2015	2014
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 54.077,88	R\$ 51.548,88
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 9.193,20	R\$ 8.763,24
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	INDENIZAÇÃO	R\$ 4.476,00	R\$ 4.476,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VARIÁVEIS	-R\$ 5.123,80	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 12.953,99	R\$ 12.357,04
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 298,47	R\$ 294,46
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	ADICIONAL	R\$ 4.514,05	R\$ 4.309,04
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 4.420,80	R\$ 4.420,80
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 87.676,98	R\$ 83.382,18
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 23.077,32	R\$ 23.077,32
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 3.923,04	R\$ 3.923,04
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	RETRIBUIÇÃO	R\$ 2.333,24	R\$ 1.237,72
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 0,00	R\$ 565,62
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	ADICIONAL	R\$ 596,38	R\$ 3.336,93
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	ADICIONAL	-R\$ 1.034,50	-R\$ 2.389,80
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	INDENIZAÇÃO	R\$ 4.476,00	R\$ 4.476,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VARIÁVEIS	-R\$ 2.978,91	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 5.170,07	R\$ 4.954,77
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 107,65	R\$ 2.477,38
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	ADICIONAL	R\$ 1.829,20	R\$ 3.303,18
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 1.782,05	R\$ 1.965,72
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 2.958,19	R\$ 3.263,16
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 5.993,88	R\$ 6.036,95
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 30.948,00	R\$ 27.228,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 531,19	R\$ 497,09

SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	BENEF. ASS. PREV.	R\$ 2.230,10	R\$ 3.134,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	INDENIZAÇÃO	R\$ 1.492,00	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 21.391,10	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 519,01	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	ADICIONAL	R\$ 7.130,36	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VENC. VANT. FIXAS	-R\$ 9.178,00	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 85.564,40	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	BENEF. ASS. PREV.	R\$ 1.065,56	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 53.894,61	R\$ 95.297,76
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	R\$ 10.835,95	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 2.390,59	R\$ 4.476,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 7.941,48
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 4.277,35	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	R\$ 204,40	R\$ 2.836,92
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 2.851,57	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	BENEF. ASS. PREV.	R\$ 541,86	R\$ 1.071,63
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 70.934,04	R\$ 66.378,22
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	RETRIBUIÇÃO	R\$ 6.738,63	R\$ 903,34
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 20.430,22	R\$ 20.081,52
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 4.989,18	R\$ 3.066,87
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	INDENIZAÇÃO	R\$ 4.476,00	R\$ 4.476,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 13.571,04	R\$ 12.370,83
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 903,34
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	ADICIONAL	R\$ 4.523,67	R\$ 4.044,27
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 63.792,00	R\$ 59.372,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 3.176,50	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	BENEF. ASS. PREV.	R\$ 1.031,88	R\$ 1.028,40

SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 4.400,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 5.130,80	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 6.496,08	R\$ 1.615,94
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	INDENIZAÇÃO	R\$ 1.492,00	R\$ 373,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 68,86
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	INDENIZAÇÃO	R\$ 874,54	R\$ 143,29
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 8.252,54	R\$ 2.218,40
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	-R\$ 531,70
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	BENEF. ASS. PREV.	R\$ 426,80	R\$ 110,44
SPU TO	SEM VÍNCULO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 56.265,48	R\$ 53.549,52
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 4.476,00	R\$ 4.476,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 4.688,79	R\$ 4.462,46
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 2.344,39	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	R\$ 3.125,86	R\$ 1.487,48
SPU TO	SEM VÍNCULO	BENEF. ASS. PREV.	R\$ 0,00	R\$ 484,27
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 15.134,91	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	RETRIBUIÇÃO	R\$ 10.514,09	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 673,25	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	INDENIZAÇÃO	R\$ 2.611,00	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 7.222,44	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	ADICIONAL	R\$ 2.407,48	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 1.216,62	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 2.019,54	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	INDENIZAÇÃO	R\$ 462,00	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 32.319,00	R\$ 0,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 10.810,65	R\$ 25.356,66
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	RETRIBUIÇÃO	R\$ 1.336,71	R\$ 1.869,88

SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	EXERCICIOS ANTERIORES	R\$ 0,00	R\$ 1.179,55
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	INDENIZAÇÃO	R\$ 1.865,00	R\$ 4.476,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 6.446,13
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 774,89
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	ADICIONAL	R\$ 0,00	R\$ 2.148,71
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	INDENIZAÇÃO	R\$ 330,00	R\$ 792,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 23.085,00	R\$ 51.408,00
SPU TO	CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	BENEF. ASS. PREV.	R\$ 0,00	R\$ 2.580,36
SPU TO	SEM VÍNCULO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 32.821,53	R\$ 53.549,52
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 2.611,00	R\$ 4.476,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 4.462,46
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 2.344,39	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	R\$ 75,45	R\$ 1.487,48
SPU TO	SEM VÍNCULO	VENC. VANT. FIXAS	-R\$ 1.719,22	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	R\$ 4.298,06	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	R\$ 1.719,19	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	-R\$ 525,59	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	-R\$ 2.344,40	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 2.735,13	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 1.432,68	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 19.862,71	R\$ 33.469,20
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 2.611,00	R\$ 4.476,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 2.789,10
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 1.394,55
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	R\$ 16,14	R\$ 1.859,40
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 462,00	R\$ 264,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	BENEF. ASS. PREV.	R\$ 1.554,21	R\$ 1.701,45

SPU TO	SEM VÍNCULO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 14.187,65	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 1.865,00	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 2.837,53	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	-R\$ 1.394,55	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 396,00	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	BENEF. ASS. PREV.	R\$ 1.546,15	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 26.734,20	R\$ 26.277,96
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	R\$ 1.559,48	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	-R\$ 1.559,48	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 4.476,00	R\$ 4.476,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 2.227,85	R\$ 2.189,83
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	R\$ 742,61	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 40.207,09	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 2.136,27	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 3.564,46	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 14.187,65	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	RETRIBUIÇÃO	R\$ 5.717,17	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 1.865,00	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 2.837,53	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	-R\$ 1.418,76	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	BENEF. ASS. PREV.	R\$ 464,76	R\$ 0,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 19.862,71	R\$ 33.469,20
SPU TO	SEM VÍNCULO	RETRIBUIÇÃO	R\$ 2.286,87	R\$ 4.637,15
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 2.611,00	R\$ 4.476,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 2.789,10
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 1.418,76	-R\$ 1.370,75
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	R\$ 945,84	R\$ 15,87

SPU TO	SEM VÍNCULO	BENEF. ASS. PREV.	R\$ 813,33	R\$ 1.278,09
SPU TO	SEM VÍNCULO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 0,00	R\$ 8.924,92
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 746,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	R\$ 0,00	R\$ 1.487,49
SPU TO	SEM VÍNCULO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 0,00	-R\$ 2.082,49
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	R\$ 0,00	R\$ 1.859,35
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 0,00	-R\$ 576,45
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 743,74
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 616,78
SPU TO	SEM VÍNCULO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 14.066,37	R\$ 39.269,64
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 1.119,00	R\$ 3.628,27
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 3.346,85
SPU TO	SEM VÍNCULO	VENC. VANT. FIXAS	R\$ 6.683,55	R\$ 26.277,96
SPU TO	SEM VÍNCULO	RETRIBUIÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 6.752,40
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	R\$ 0,00	R\$ 1.689,63
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	-R\$ 1.422,86	-R\$ 2.172,34
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 1.119,00	R\$ 4.476,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 2.189,83
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 18,68
SPU TO	SEM VÍNCULO	GRATIFICAÇÃO	R\$ 0,00	R\$ 768,02
SPU TO	SEM VÍNCULO	ADICIONAL	R\$ 12,67	R\$ 742,40
SPU TO	SEM VÍNCULO	INDENIZAÇÃO	R\$ 198,00	R\$ 792,00
SPU TO	SEM VÍNCULO	BENEF. ASS. PREV.	R\$ 1.033,65	R\$ 3.445,50
SUBTOTAL			R\$ 1.078.537,14	R\$ 1.001.889,23

SIAPA

Sum - Quantidade		Data		
UF	TIPO	COM	SEM	Total
TO	GLEBA RURAL		47	47
	GLEBA URBANA		66	66
	GLEBA URBANIZ		1	1
	LOTE	1	271	272
	NAO INFORMADO	268	95	363
Total		388702	203317	592019

Spiunet

Sum - QUANTIDADE		Data		SITUAÇÃO		
UF	TIPO	Em Processo de Incorporação		Incorporado		Total
		COM	SEM	COM	SEM	
TO	Aeroporto			1	2	3
	Biblioteca			1		1
	Casa			14		14
	Clube				1	1
	Edifício / Prédio			24	1	25
	Escola			1		1
	Estação				1	1
	Fazenda			1	2	3
	Gleba			1		1
	Hospital			2		2
	Observatório			3		3
	Outros			1	1	2
	Parque				11	11
	Quartel			1		1
	Reserva				16	16
	Residência			17	1	18
	Teatro				1	1
Terreno			1	11	200	212
Total Result		497	1576	17642	10891	30606

SIAPA

Sum - Quantidade	Data		
UF	Ativo	Inativo	Total
TO	749	707	1456
Total	592278	182878	775156

SIAPA Ativo Com Utilização

UF	Regime Utilização	Quantidade
TO	AFORAMENTO	520
TO	CDRU	10
TO	OCUPACAO	141
TO	TAU	41

SIAPA Ativo sem Utilização

UF	Quantidade
TO	37

SIAPA Inativo por Motivo de Cancelamento

UF	Motivo Cancelamento	Quantidade
TO	UNIFICACAO	2
TO	NAO MAIS UNIAO-PROC.JUD/ALIEN	119
TO	NOVA UNIFICACAO DESFEITA	1
TO	IMOVEL NAO PERT. UNIAO-ALODIAL	2
TO	DUPLIC. CADASTR - DOMINIAL	4
TO	ERRO DE CADASTRAMENTO	115
TO	FRACIONAMENTO TOTAL	4
TO	DOACAO	460

SPIUnet Inativo

UF	Quantidade
SP	140
TO	22

SPIUnet Inativo por Motivo de Cancelamento

UF	Motivo Cancelamento	Quantidade
TO	Unificação de Imóvel	5
TO	Erro de Cadastramento	8
TO	Transferência de Domínio	4
TO	Duplicidade	5

SPIUnet Ativo por Situação de Incorporação

UF	Em Processo de Incorporação	Incorporado	Total
TO	1	315	316
Total Result	2051	28636	30687

SPIUnet Ativo por Regime de Utilização e Situação da Incorporação

UF	Regime de Utilização	Em Processo de Incorporação	Incorporado	Total
TO	Cessão para Prefeituras, Estados e outras Entidades sem Fins Lucrativos		6	6
	Doação Com Encargo		4	4
	Em regularização - Cessão		17	17
	Em regularização - Entrega	1	23	24
	Em regularização - Outros		10	10
	Entrega - Administração Federal Direta		63	63
	Entrega para Aquicultura		9	9
	Imóvel Funcional		20	20
	Irregular - Entrega		109	109
	Uso em Serviço Público		1	1
	Usufruto Indígena		16	16
	Vago para uso		37	37
Total		2114	30003	32117

SIAPA

UF	Valor Imóvel
TO	R\$ 20.121.191,59

SPIUnet

UF	Valor Imóvel
TO	6856542433,31

SIAPA

UF	NAO INFORMADO	RURAL	URBANO	Total
TO		178	571	749
Total Result	8	40694	551576	592278

SPIUnet

UF	Em Processo de Incorporação		Incorporado		Total
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	
TO		1	21	294	316
Total Result	199	1852	3123	25513	30687

SIAPA – Registrados em Cartório

UF	COM	SEM	Total
TO	110	639	749
Total Result	50543	541476	592019

SPIUnet – Registrados em Cartório

UF	Em Processo de Incorporação		Incorporado		Total
	COM	SEM	COM	SEM	

TO	1	315	316
Total Result	1645	428	27962 571 30606